



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

PUBLICADO na PÁGINA da ASMIR até 10 de JUNHO

ASMIR RECORDA

1 DE JUNHO DE 1890: O escritor português Camilo Castelo Branco suicida-se.

Camilo Castelo Branco foi um escritor português, um dos maiores vultos do romance português do século XIX.

Órfão de mãe aos dois anos e de pai aos dez, vai para Vila Real viver com uma tia. Com 14 anos vai para Vilarinho de Samardã ter com uma irmã cujo cunhado, o padre António de Azevedo, lhe ensina doutrina cristã, francês e literatura portuguesa.

Camilo Castelo Branco casa com uma mulher da aldeia, aos 16 anos, que rapidamente abandona.

Já no Porto, em 1845, chega a cursar medicina, cujos estudos abandona ao fim de dois anos com o intuito de ingressar na Universidade de Coimbra em Direito.

De regresso ao Porto, acaba por optar por uma carreira de jornalismo, mas, em 1850, num momento de exaltação religiosa, matricula-se no seminário que, meses mais tarde, também abandona.

Numa vida passada entre os cafés e os salões da burguesia portuense, conhece entretanto Ana Plácido, mulher casada, por quem se apaixona perdidamente.

Camilo e Ana são presos pelo crime de adultério em 1861 e, após a absolvição, vão viver para Lisboa e depois para São Miguel de Seide, Vila Nova de Famalicão.

Com uma família para sustentar, Camilo faz da sua escrita o seu modo de vida. Em 1885 é agraciado com o título de visconde de Correia Botelho, título concedido pelo rei D. Luís, e três anos mais tarde casa finalmente com Ana Plácido.

Toda a sua obra é influenciada pelo turbilhão constante da sua vida, para o qual contribuem a ameaça de cegueira e a loucura de um dos seus dois filhos.

Camilo envereda pela novela assim que inicia a carreira literária pelo jornalismo, a partir de 1848. Foi um dos mais temíveis polemistas da história literária portuguesa.

Camilo Castelo Branco escreve "Anátema" que, tanto no melhor como no pior, deixa antever o dom narrativo do autor.

Posteriormente a esta sumptuosa obra, surgem então as novelas passionais: "Mistérios de Lisboa" (1854), "Cenas Contemporâneas" (1855), "A Filha do Arcediago" e "A Neta do Arcediago".



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Preocupado em retratar os costumes da sociedade moderna, Camilo sofre a influência de um dos grandes vultos da literatura francesa, Honoré de Balzac, no seu cuidado com a técnica da descrição, com o simples e o natural ("Onde Está a felicidade?", 1856, e "Vingança", 1858).

Em 1862 Camilo escreve em apenas 15 dias, no cárcere da Relação do Porto, a sua obra mais célebre: "Amor de Perdição". Fruto da experiência vivida da paixão, este romance segue claramente a escola romântica.

Durante este período surgem as "Memórias do Cárcere" (1861), "Romance dum Homem Rico" (1861), "O Olho de Vidro" (1866), "O Retrato de Ricardina" e a novela satírica "A Queda de Um Anjo" (1866).

"As Novelas do Minho" (1875-1877) constituem um novo marco na obra camiliana, ao assinalarem a aceitação do Realismo. É posto de lado o tom romântico e a idealização de tipos e caracteres, e abraçada a descrição fiel de ambientes e personagens.

Na mesma linha do Realismo, escreve então "Eusébio Macário" (1879) e "A Corja" (1880) cujo tom se depura em "A Brasileira de Prazins" (1882). Nestas obras, Camilo dá primazia à narração, à intriga, mas retrata também toda uma sociedade abrangendo todas as classes e tipos, muitas vezes recorrendo à sátira, utilizando diálogos ricos em expressão e força emotiva.

Como estilista, Camilo Castelo Branco foi, indubitavelmente, um dos mais hábeis e poderosos artífices da língua portuguesa. Os temas recorrentes nos seus romances: a bastardia; a orfandade; os direitos do coração por oposição às convenções sociais; amores contrariados; as relações familiares; o sentido metafísico de raiz cristã; o anticlericalismo.

Ao longo dos anos, Camilo consultou os melhores especialistas em busca de uma cura para a progressão dos seus terríveis padecimentos, sífilis e cegueira, especialmente esta que o impedia de escrever, mas em vão.

A 21 de maio de 1890, dita esta carta ao então famoso oftalmologista aveirense, Dr. Edmundo de Magalhães Machado:

"Ilmo. e Exmo. Sr.,

Sou o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa n'este país durante 40 anos de trabalho. Chamo-me Camilo Castelo Branco e estou cego. Ainda há quinze dias podia ver cingir-se a um dedo das minhas mãos uma flâmula escarlata. Depois, sobreveio uma forte oftalmia que me alastrou as córneas de tarjas sanguíneas. Há poucas horas ouvi ler no 'Comércio do Porto' o nome de V. Exa. Senti na alma uma extraordinária vibração de esperança. Poderá V. Exa. salvar-me? Se eu pudesse, se uma quase paralisia me não tivesse acorrentado a uma cadeira, iria procurá-lo. Não posso. Mas poderá V. Exa. dizer-me o que devo esperar d'esta irrupção sanguínea n'uns olhos em que não havia até há pouco uma gota de sangue? Digne-se V. Exa. perdoar à infelicidade estas perguntas feitas tão sem cerimónia por um homem que não conhece.

Camilo Castelo Branco"

No dia 1 de junho, o Dr. Magalhães Machado visita o escritor em Seide.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Depois de lhe examinar os olhos condenados, o médico, diplomaticamente, recomenda-lhe descanso numas termas. Depois disto talvez se pudesse falar num eventual tratamento.

Enquanto Ana Plácido acompanhava o médico à porta, às três horas e um quarto da tarde, sentado na sua cadeira de baloiço, desenganado e completamente desalentado, Camilo Castelo Branco disparou um tiro de revólver na têmpora direita.

Ainda sobreviveu num coma agonizante até às cinco da tarde.

A 3 de junho, às seis da tarde, o seu corpo chegava de comboio ao Porto e no dia seguinte, conforme o seu pedido, foi sepultado no jazigo de um amigo: João Antônio de Freitas Fortuna, no Cemitério da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa.

Contemporâneo de Camilo Castelo Branco e seu íntimo amigo, o prolífero escritor português Alberto Pimentel foi o primeiro dos biógrafos de Camilo, sendo a partir de então, especialmente pela obra "Romance do Romancista" (1890), considerado uma referência no que diz respeito aos estudos camilianos.

Camilo Castelo Branco nasceu em Lisboa, no dia 16 de março de 1825, e morreu em São Miguel de Seide, no dia 1 de junho de 1890.

Para a história da literatura portuguesa ficou para sempre a sua vasta obra. O maior contributo que poderemos conceder a esta grande figura das letras portuguesas é continuar a lermos as suas obras, estudá-las e encontrar a cada parágrafo, cada frase, cada vocábulo, algo novo, sublime e apaixonante.

A sua casa em São Miguel de Seide é hoje um museu, aberto ao público, e um espaço de cultura e de estudos camilianos.

Fontes: Enciclopédia do século XXI; História da Literatura Portuguesa de Óscar Lopes; Camilo -- No Drama da Sua Vida de Sousa Costa.

ASMIR RECORDA

1 DE JUNHO DE 1968

Helen Keller, pedagoga norte-americana e precursora do ensino para cegos. "Aquilo que eu procuro não está lá fora, mas sim dentro de mim." Helen Keller

Helen era filha de Kate Adams Keller e do coronel Arthur Keller (capitão do Exército dos Estados Confederados da América).

Helen ficou cega e surda aos 19 meses de idade devido a uma doença diagnosticada então como "febre cerebral" (hoje acredita-se que possivelmente tenha sido escarlatina ou meningite).

Já nessa época ela conseguia comunicar com a filha da cozinheira da família, através de sinais.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Aos sete anos, Helen Keller já adquirira mais de 60 sinais com os quais comunicava com a sua família.

Em 1886, a mãe, inspirada pelo relato de Charles Dickens em *American Notes* a respeito da educação bem-sucedida de outra mulher surda, Laura Bridgman, decidiu que a filha, acompanhada pelo pai, deveria consultar o médico J. Julian Chisolm, especialista em olhos, ouvidos, nariz e garganta, em Baltimore, para consultar e aconselhar os pais no melhor tratamento para Helen.

O Dr. Chisolm encaminhou os Kellers para Alexander Graham Bell, que estava a trabalhar com uma criança surda à época.

Bell, por sua vez, aconselhou os pais de Helen a contratar a Perkins Institute for the Blind, escola onde Laura Bridgman havia sido educada, localizada em South Boston.

Michael Anagnos, diretor da escola, solicitou à ex-aluna, Ann Sullivan, ela própria uma pessoa com deficiência visual, para se tornar a professora e a orientadora da educação de Helen.

Este foi o início de uma relação de 49 anos durante a qual Ann Sullivan se tornou professora e sempre acompanhou Helen Keller.

Helen Keller estudou até à licenciatura e fez-se depois uma entusiasta defensora da causa dos inadaptados.

Deixou um testemunho escrito que é um documento de notável riqueza humana: “The Story of my Life”, publicado em 1903.

Helen Keller nasceu em Tuscumbia, Alabama a 27 de junho de 1880 e morreu em Westport, Connecticut a 1 de junho de 1968.

Fonte: Enciclopédia.

A ASMIR RECORDA

1 DE JUNHO

1892 – Elevada para doze anos a idade mínima para as raparigas se poderem casar, em Itália.

Casamento infantil, segundo a definição da UNICEF, é o casamento formal ou união informal antes da idade de 18 anos.

A idade mínima do casamento em Espanha subiu em 2015 dos 14 para os 16 anos.

Esta alteração legislativa foi ao encontro de recomendações das Nações Unidas e de técnicos de organizações de proteção dos direitos das crianças.

A mudança ocorre meses depois de ter subido de 13 para 16 anos a idade mínima para relações sexuais consentidas (estas já eram consentidas, é claro, para aqueles que haviam contraído matrimónio).



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Em Portugal, o casamento é autorizado a partir dos 16 anos, precisando para tal de obter autorização dos seus responsáveis parentais e passando com o matrimónio a ser considerados legalmente como maiores de idade.

Atualmente, a Estónia permite casamentos (com autorização de um juiz) a partir dos 15 anos.

Alemanha, Inglaterra e Itália são alguns dos outros países que estabelecem os 16 anos como idade mínima.

Na França, Bélgica e Suécia, entre outros países, o casamento só é permitido a partir dos 18 anos.

FOTO claudia.abril.com.br

A ASMIR RECORDA

1 DE JUNHO

1851 – Nasceu em Zorrilla, Isaac Peral y Caballero, engenheiro militar naval, professor de física e de matemática no Observatório Astronómico de S. Fernando, onde iniciou as suas pesquisas sobre navegação submarina, que resultaram na invenção do submarino projetado, construído e lançado à água em Cádiz em 8/9/1888.

Escreveu 'Huracane's

Faleceu em 22/5/1895.

Isaac Peral foi o segundo dos três filhos de Juan Manuel Peral e Isabel Caballero, nascido em Cartagena em 1 de junho de 1851. Seu pai era natural de Cádiz e descendia de uma família de soldados da Marinha.

Como oficial da Marinha ele transmitiu aos filhos, como filhos, uma vocação viva para o mundo do mar

Isaac Peral aprendeu as primeiras letras com o professor Luis Britz na sua cidade natal.

Mas em 1859, seu pai foi transferido para San Fernando (Cádiz), onde os dois irmãos, Alejandro e Isaac, entrariam em breve no Colégio Militar Naval de San Carlos.

Ele tinha 14 anos quando ingressou no Colégio Militar em 1865. Estudando aqui, sua carreira profissional significou um grande sacrifício financeiro para a família, para que o jovem Peral se esforçasse para obter o melhor desempenho.

Assim, em apenas dois anos, Isaac obteve a distinção de 2nd Midshipman, com o qual começou aos 16 anos seu verdadeiro estágio profissional como militar da Marinha.

Ao longo de sua carreira, Peral destacou-se em todas as áreas do conhecimento em que foi iniciado.

A vida profissional de Isaac Peral pode ser resumida em duas áreas de desempenho brilhante: o Peral “de la Marina” e o inventor.

Em ambos se destacou.

Tanto embarcado no alto mar em várias missões militares, como professor na Escola Militar; ou ainda como engenheiro hidráulico colaborando em projetos elétricos na Marinha.

Fruto desta última qualidade, pelo qual ganhou na juventude o apelido de “o



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

profundo Isaac” por parte de seus camaradas e amigos.

As invenções eram o que lhe traria fama, particularmente a do submarino no ano de 1888.

Mas novamente ele teve que sofrer a decepção de ver esse projeto abandonado, desta vez derivado de intrigas políticas.

Desmoralizado, Isaac abandonou sua carreira militar em 1890 e se estabeleceu em Madrid com sua família.

Aí fundou sua própria empresa de eletricidade, da qual especificou muitas outras ideias, como a invenção da metralhadora elétrica ou o “layout” das primeiras oficinas de eletricidade da Espanha.

No entanto, as dificuldades não terminariam.

Desde 1911, a pedido de um cidadão de Cartagena, Isaac Peral descansa na terra onde nasceu.

O navio

O casco era de aço, com a forma de um eixo-árvore e três tanques de corte, que eram reduzidos por meio de bombas.

O nível máximo de imersão foi de 30 metros e foi controlado por meio de duas hélices de eixo horizontal acionadas eletricamente.

Tinha um tubo de torpedo na proa.

O Lançamento do submarino Peral foi no porto de Cádiz, em 8 de setembro de 1888.

A quilha foi colocada numa rampa de lançamento no dia 8 de setembro nas águas de San Fernando.

Os testes de doca foram realizados em 25 de dezembro de 1888 e foi criada uma comissão para os que estavam no mar, presidida pelo capitão-geral do departamento Florencio Montojo Trillo, que incluía, entre outros, o então capitão-de-fragata Joaquín Bustamante y Quevedo.

A comissão impôs os seguintes testes a serem superados pelo protótipo:

- Rapidez.
- Navegação de superfície e evoluções.
- Imersão dinâmica, com testes de velocidade.
- Lançamento de torpedos na superfície e imersão.
- Ensaios táticos no mar.

Foi a primeira vez que a propulsão elétrica foi usada na Marinha espanhola.

De acordo com a Memória de Isaac Peral, de 15 de fevereiro de 1890 o navio tinha uma autonomia de 66 horas e um raio de ação de 284 milhas náuticas (511 km).

Embora o navio tenha tido sucesso em todos os três exercícios de ataques noturnos, falhou durante o dia contra o navio Cristóvão Colombo e outras unidades menores, quando foi detetado a 1000 m do cruzeiro.

Da mesma forma, a comissão decidiu que o navio não cumpria os critérios de autonomia, apesar de Isaac Peral ter garantido que o protótipo cumpria.

Encerramento do projeto

Peral recebeu a medalha Naval Mérito com um distintivo vermelho pelo perigo que correu durante os testes.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

ASMIR RECORDA

2 DE JUNHO DE 1923

Inaugurado o elevador de Santa Luzia, em Viana do Castelo, uma das formas de aceder ao santuário.

O elevador de Santa Luzia está localizado no Monte de Santa Luzia, Viana do Castelo.

É um funicular que liga a Estação Ferroviária de Viana do Castelo ao Santuário de Santa Luzia.

O elevador foi desenvolvido e construído por iniciativa do engenheiro portuense Bernardo Pinto Abrunhosa. A obra foi inaugurada a 2 de junho de 1923.

Em 2001, o elevador foi desativado e entrou rapidamente num processo de degradação.

Somente quatro anos depois, 2005, é que foi submetido a obras de restauro sob a orientação de duas empresas: Efacec/Liftech; e algumas peças, nomeadamente as carruagens, ficaram a cargo de uma empresa em Saragoça.

O elevador/funicular foi reaberto ao público a 5 de abril de 2007.

Vencendo um desnível de 160 metros, em seis a sete minutos, a viagem no Funicular de Santa Luzia é a mais longa de todos os funiculares do país, com os seus 650 metros, tendo mais do dobro da distância do que se lhe segue, o da Nazaré (com 310 metros), havendo ainda em Lisboa os da Bica (283 metros), o da Glória (276 metros) e da Lavra (188 metros) e em Braga, o do Bom Jesus, com apenas 274 metros.

Características do funicular/elevador:

- Distância: 650 metros (o maior do país);
- Desnível: 160 metros (o maior do país);
- Inclinação média: 25%;
- Velocidade nominal: 2 m/s;
- Tipo de via: única, com cruzamento;
- Fonte de energia: elétrica;
- Energia de socorro: motor a diesel para a movimentação e baterias para os sistemas elétricos;
- Sistemas de travagem no grupo motriz: 3 [normal (elétrico), de serviço e de emergência (hidráulicos)];
- Sistemas de travagem nos veículos: 2 travões de via (ao carril) hidráulicos;



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

- Funcionamento: as carruagens funcionam em contrapeso, ou seja, a que desce ajuda a puxar a que sobe, cruzando-se exatamente a meio do percurso. O motor elétrico ajuda a vencer a diferença de carga nas cabinas e o desnível do percurso;
- Número de passageiros por cabina: 20, com a possibilidade de transporte de [bicicletas](#);
- Tempo de viagem: 7 minutos.

Fontes: Câmara Municipal de Viana do Castelo; Outras.

ASMIR RECORDA

2 DE JUNHO DE 2010

Morre o almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução.

O Conselho da Revolução foi instituído a [14 de março](#) de [1975](#) pela [Assembleia do Movimento das Forças Armadas](#), visando atingir o mais rapidamente possível os objetivos constantes do programa desse movimento e garantir ao povo português a segurança, a confiança e a tranquilidade que lhe permitissem continuar com determinação a reconstrução nacional. Foi extinto a [30 de setembro](#) de [1982](#), uma vez que os princípios pelos quais foi criado estavam já salvaguardados.

“2.ª Plataforma de Acordo Constitucional (Assinada em 26 de Fevereiro de 1976 pelo Presidente da República, em nome do Conselho da Revolução, e representantes dos seguintes partidos: Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Partido do Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral.)

1- Órgãos de Soberania

Os órgãos de Soberania durante o período de transição serão os seguintes:

- a) Presidente da República;
- b) Conselho da Revolução;
- c) Assembleia Legislativa;
- d) Governo;
- e) Tribunais.

2 - Presidente da República

2.1- O Presidente da República será eleito por sufrágio universal, directo e secreto.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

As candidaturas para a Presidência da República serão apresentadas por um mínimo de 7500 e um máximo de 15 000 cidadãos eleitores.

2.2 - O Presidente da República será, por inerência, Presidente do Conselho da Revolução e comandante supremo das forças armadas.

2.3 - O Presidente da República terá os poderes e funções que lhe forem atribuídos pela Constituição, entre os quais se incluirão os seguintes:

- a) Presidir ao Conselho da Revolução;
- b) Exercer o cargo de comandante supremo das forças armadas;
- c) Declarar a guerra e fazer a paz, nos termos da Constituição e mediante autorização do Conselho da Revolução;
- d) Declarar o estado de sítio ou de emergência, mediante autorização do Conselho da Revolução, em todo ou em parte do território nacional, nos termos constitucionais;
- e) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, ouvidos o Conselho da Revolução e os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa e tendo em conta os resultados eleitorais;
- f) Nomear e exonerar os membros do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro;
- g) Promulgar e fazer publicar as leis da Assembleia Legislativa e os decretos-lei e decretos regulamentares, bem como os diplomas do Conselho da Revolução, e assinar os restantes decretos;
- h) Dissolver a Assembleia Legislativa, marcando data para novas eleições, a realizar no prazo máximo de noventa dias;
- i) Dissolver os órgãos das regiões autónomas, ouvido o Conselho da Revolução.

2.4 - O estado de sítio ou o estado de emergência não poderão prolongar-se para além de trinta dias sem ratificação da Assembleia Legislativa.

2.5.1- No prazo de quinze dias, contados da data da recepção de um decreto da Assembleia Legislativa para ser promulgado como lei, ou do termo do prazo previsto no n.º 3.8.3, se o Conselho da Revolução não se pronunciar pela inconstitucionalidade, poderá o Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução e mediante mensagem fundamentada, exercer direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma.

2.5.2 - Se a Assembleia confirmar o decreto pelo voto da maioria absoluta do número de Deputados em efectividade de funções, a promulgação não poderá ser recusada. Será, porém, exigida maioria qualificada de dois terços dos Deputados presentes para confirmação dos decretos que respeitem às seguintes matérias:

- 1) Limites entre os sectores da propriedade estatal, colectiva e privada;
- 2) Relações externas;
- 3) Organização da defesa nacional e definição dos deveres dela decorrentes;



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

4) Regulamentação dos actos eleitorais previstos na Constituição.

2.6 - O exercício do poder de dissolução da Assembleia Legislativa pelo Presidente da República depende do parecer favorável do Conselho da Revolução, salvo nos casos de dissolução obrigatória previstos no n.º 4.4.

2.7 - Em caso de vagatura do cargo de Presidente da República, assumirá as funções o Presidente da Assembleia Legislativa, devendo proceder-se a nova eleição no prazo máximo de sessenta dias.

2.8 – Se o Presidente da República renunciar ao cargo no prazo de trinta dias após eleições legislativas efectuadas em consequência da dissolução da Assembleia não poderá candidatar-se nas eleições imediatamente seguintes.

3 - Conselho da Revolução

3.1 - O Conselho da Revolução será constituído por:

a) Presidente da República, que presidirá;

b) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (se existir), Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Chefe do Estado-Maior da Armada e Primeiro-Ministro (se for militar);

c) 14 oficiais, sendo 8 do Exército, 3 da Força Aérea e 3 da Armada, designados pelos respectivos ramos das forças armadas.

3.2 - Em caso de morte, renúncia ou impedimento permanente, verificado pelo próprio Conselho, de alguns dos membros referidos na alínea c) do número anterior, será o lugar preenchido por designação do respectivo ramo das forças armadas.

3.3 - Compete ao próprio Conselho regular a sua organização e funcionamento.

3.4 - O Conselho da Revolução funcionará em sessão permanente, segundo regimento interno por ele elaborado.

3.5 - O Conselho da Revolução tem funções de conselho do Presidente da República, de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974 e ainda de órgão político e legislativo em matéria militar.

3.6 - Na qualidade de conselho do Presidente da República, e de garante do regular funcionamento das instituições democráticas, compete ao Conselho da Revolução aconselhar o Presidente da República no exercício das suas funções e ainda:

a) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer a paz;

b) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou de emergência em todo ou em parte do território nacional;

c) Autorizar o Presidente da República a ausentar-se do território nacional;



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

d) Declarar a impossibilidade física permanente do Presidente da República, e verificar os impedimentos temporários do exercício das funções.

3.7 - Na qualidade de garante do cumprimento da Constituição, compete ao Conselho da Revolução:

a) Pronunciar-se, por iniciativa própria ou a solicitação do Presidente da República, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas, antes de os mesmos serem promulgados;

b) Velar pela emissão das medidas necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo emitir recomendações para o efeito;

c) Pronunciar-se, com força obrigatória, geral, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas já promulgados, a solicitação do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Legislativa, do Primeiro-Ministro, do procurador-geral da República, do Provedor de Justiça e ainda nos casos previstos no n.º 3.10.

3.8.1 - Para o efeito do disposto na alínea a) do número anterior, todos os decretos remetidos ao Presidente da República, para serem promulgados como lei ou decreto-lei, ou que consistam na aprovação de tratados ou acordos internacionais, serão simultaneamente enviados ao Conselho da Revolução e não poderão ser promulgados antes de passarem cinco dias sobre a sua recepção no Conselho, salvo o caso de urgência reconhecida pelo Presidente da República, que deverá nessa altura dar conhecimento ao Conselho da Revolução do propósito de promulgação imediata.

3.8.2 - Se o Conselho tiver dúvidas sobre a constitucionalidade de um decreto e deliberar apreciá-lo, comunicará o facto ao Presidente da República, no referido prazo de cinco dias, para que este não efectue a promulgação.

3.8.3 - Deliberada pelo Conselho ou requerida pelo Presidente da República a apreciação da constitucionalidade de um diploma, o Conselho da Revolução terá, para se pronunciar, prazo de vinte dias, o qual poderá, no entanto, ser encurtado pelo Presidente da República em caso de urgência.

3.8.4 - Se o Conselho da Revolução se pronunciar pela inconstitucionalidade de qualquer diploma, antes de o mesmo ser promulgado, o Presidente da República deverá exercer o direito de veto nos termos do n.º 2.5.1, exigindo-se, no caso de decreto da Assembleia Legislativa, a maioria qualificada de dois terços do número de Deputados presentes para que o mesmo seja promulgado. Se se tratar de decreto do Governo, este não poderá ser promulgado.

3.9 - No caso de o Conselho da Revolução verificar que a Constituição não está a ser cumprida, por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais, poderá recomendar aos órgãos legislativos competentes que as adotem em tempo razoável.

3.10.1- Nos feitos submetidos a julgamento não poderão os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou nos princípios nela consignados, cabendo-lhes, para o efeito, apreciar a existência de inconstitucionalidade. Porém, as inconstitucionalidades orgânicas ou formais de tratados ou acordos internacionais não impedem a aplicação das respectivas disposições na ordem interna portuguesa, salvo se a impedirem na ordem interna da outra ou outras partes contratantes.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

3.10.2 - Sempre que os tribunais se recusarem a aplicar uma norma constante de lei, decreto-lei ou decreto regulamentar ou diploma equiparável com fundamento em inconstitucionalidade, e uma vez esgotados os recursos ordinários que caibam, haverá recurso gratuito, obrigatório para o Ministério Público, e restrito à questão da inconstitucionalidade, para julgamento definitivo do caso concreto pela Comissão Constitucional.

3.10.3 - Haverá ainda sempre recurso gratuito para a Comissão Constitucional, obrigatório para o Ministério Público, das decisões que apliquem uma norma antes julgada inconstitucional por aquela Comissão.

3.10.4 - Se a Comissão Constitucional julgar inconstitucional, em três casos concretos, uma mesma norma, poderá o Conselho da Revolução declarar a inconstitucionalidade com força obrigatória geral, sem ofensa dos casos julgados.

3.10.5 - Quando a inconstitucionalidade seja orgânica ou formal, bastará um julgamento de inconstitucionalidade pela Comissão Constitucional, para que o Conselho da Revolução possa proceder à sua declaração com força obrigatória geral.

3.11.1- A Comissão Constitucional será presidida por um membro do Conselho da Revolução, com voto de desempate, e composta, além do presidente, por:

- a) Quatro juízes, sendo um designado pelo Supremo Tribunal de Justiça e os restantes designados pelo Conselho Superior da Magistratura sendo um dos tribunais de relação e dois dos tribunais de 1.^a instância;
- b) Uma personalidade de reconhecido mérito, designada pelo Presidente da República;
- c) Uma personalidade de reconhecido mérito, designada pela Assembleia Legislativa;
- d) Duas personalidades de reconhecido mérito, designadas pelo Conselho da Revolução, sendo uma, pelo menos, jurista de reconhecida competência.

3.11.2 - Os membros da Comissão Constitucional exercerão funções até ao termo do período de transição e serão independentes e inamovíveis, aplicando-se-lhes, quando no exercício de funções jurisdicionais, as regras sobre garantias de imparcialidade e irresponsabilidade próprias dos juízes.

3.11.3 - A organização e funcionamento da Comissão Constitucional serão aprovados pelo Conselho da Revolução. As normas de processo serão aprovadas pelo Conselho da Revolução, sem prejuízo da possibilidade de a Assembleia Legislativa as alterar.

3.12 - Compete à Comissão Constitucional:

- a) Dar obrigatoriamente parecer sobre a constitucionalidade dos diplomas que hajam de ser apreciados pelo Conselho da Revolução, nos termos do n.º 3.7, alíneas a) e c);
- b) Dar obrigatoriamente parecer sobre a existência de violação das normas constitucionais por omissão, nos termos e para os efeitos do n.º 3.7, alínea b);
- c) Julgar as questões de inconstitucionalidade que lhe sejam submetidas nos termos do disposto nos n.º 3.10.2 e 3.10.3.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

3.13 - Na qualidade de garante da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa, cabe ao Conselho da Revolução:

- a) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre nomeação do Primeiro-Ministro;
- b) Pronunciar-se junto do Presidente da República sobre o exercício do direito de veto suspensivo, nos termos do disposto no n.º 2.5.

3.14 - Na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar, o Conselho da Revolução terá:

- a) Competência exclusiva para legislar sobre organização, funcionamento e disciplina das forças armadas;
- b) Competência para aprovar os tratados ou acordos internacionais que respeitem a assuntos militares.

3.15.1 - Os actos do Conselho da Revolução que representem exercício das competências indicadas nos, n.º 3.3, 3.11.3 e 3.14 revestirão, conforme os casos, a forma de diploma legislativo do Conselho da Revolução ou de diploma do Conselho da Revolução e serão promulgados pelo Presidente da República, carecendo de referenda ministerial os que envolverem aumento de despesa ou diminuição de receita;

3.15.2 - Os diplomas legislativos do Conselho da Revolução têm valor idêntico ao das leis e decretos-lei e os diplomas do Conselho da Revolução têm valor idêntico ao dos decretos regulamentares ou ao dos actos da Assembleia Legislativa ou do Governo de aprovação de tratados ou acordos internacionais; os restantes actos do Conselho da Revolução revestirão a forma de resoluções e serão publicados independentemente de promulgação do Presidente da República.

4 - Relações entre o Presidente da República, a Assembleia Legislativa e o Governo

4.1 - O Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa.

4.2 - A responsabilidade política do Governo perante a Assembleia Legislativa efectiva-se mediante a apreciação do Programa do Governo, a recusa de confiança por ele pedida ou a aprovação de moções de censura nos termos a definir pela Assembleia Constituinte.

4.3 - Em caso de demissão, os membros do Governo cessante permanecerão em funções até à posse do novo Governo.

4.4 - O Presidente da República dissolverá obrigatoriamente a Assembleia Legislativa quando esta haja recusado votos de confiança ou aprovado moções de censura que determinem, por qualquer destes motivos, a terceira substituição do Governo durante a mesma legislatura.

5 - Disposições finais e transitórias

5.1- Será fixada em quatro anos a duração da primeira legislatura.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

5.2 - O primeiro mandato do Presidente da República cessará três meses após o termo do período de transição ou cinco anos após a sua eleição, conforme o prazo que terminar mais cedo.

5.3 - Ainda que haja dissolução da Assembleia Legislativa ou vagatura do cargo de Presidente da República, não se começará a contar nova legislatura ou novo mandato, competindo aos eleitos completar a legislatura ou o mandato nos termos dos números anteriores.

5.4 - Na segunda legislatura a Assembleia Legislativa terá obrigatoriamente poderes de revisão constitucional, não podendo o Presidente da República recusar a promulgação da lei de revisão. Considera-se findo o período de transição quando entrar em vigor aquela lei.

5.5 - O presente pacto vigora durante o período de transição, que terá a duração de quatro anos, não podendo ser revisto durante esse período sem o acordo do Conselho da Revolução.

5.6 - O presente pacto substitui e revoga o anterior, obrigando-se os partidos políticos signatários a fazê-lo inserir no texto da Constituição.

5.7 - O sistema de órgãos de Soberania previstos no presente pacto entrará em funcionamento logo que eleito o Presidente da República, mantendo-se até tal data em funções os actuais órgãos de Soberania, nos termos das leis constitucionais aplicáveis (Aditamento de 27 de Fevereiro de 1976.)

Presidência da República, 26 de Fevereiro de 1976. - O Presidente da República - O Centro Democrático Social - O Movimento Democrático Português /CDE - O Partido Comunista Português - O Partido Popular Democrático - O Partido Socialista.

Fontes: apparlamento; Outras.

A ASMIR RECORDA

4 DE JUNHO

1569 – Apareceu em Lisboa, a peste grande, durante três meses matou cerca de 50 000 pessoas. Desencadeou uma crise social e de fome generalizada.

A Peste Negra, também conhecida como Peste Bubónica, Grande Peste, Peste ou Praga, foi a pandemia mais devastadora registada na história humana, tendo resultado na morte de 75 a 200 milhões de pessoas na Eurásia, atingindo o pico na Europa entre os anos de 1347 e 1351. Acredita-se que a bactérias *Yersinia pestis*, que resulta em várias formas de peste (septicémica, pneumónica e, a mais comum, bubónica), tenha sido a causa.

A Peste Negra foi o primeiro grande surto europeu de peste e a segunda pandemia de peste. A praga criou uma série de convulsões religiosas, sociais e económicas, com efeitos profundos no curso da história da Europa.

A Peste Negra provavelmente teve a sua origem na Ásia Central ou na Ásia Oriental, de onde viajou ao longo da Rota da Seda, atingindo a Crimeia em 1343.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

De lá, era provavelmente transportada por pulgas que viviam nos ratos que viajavam em navios mercantes genoveses, espalhando-se por toda a bacia do Mediterrâneo, atingindo o resto da Europa através da península italiana.

Estima-se que a Peste Negra tenha matado entre 30% a 60% da população da Europa. No total, a praga pode ter reduzido a população mundial de 475 milhões para 350-375 milhões no século XIV. A população da Europa demorou cerca de 200 anos a recuperar o nível anterior e algumas regiões (como Florença) recuperaram apenas no século XIX. A praga retornou várias vezes como surtos até ao início do século XX.

A peste negra matou milhões de pessoas em toda a Europa e também em Portugal. 1569 foi o ano mais trágico, especialmente em Lisboa, causando 60 mil mortos.

Ano de 1569: quando peste matou 60 mil pessoas em Lisboa. É facto histórico comprovado, que a Cidade de Lisboa sofreu cerca de 20 períodos da epidemia da peste, sendo que o período mais avassalador foi já na era Moderna, no ano de 1569. Este período ficou conhecido como a Grande Peste de Lisboa.

Esta epidemia, que rapidamente se tornou numa pandemia, deu um corte bastante acentuado na demografia da cidade. Esta Grande Peste começou em Julho de 1569 e só terminou na primavera do ano seguinte.

Durante estes meses, morreram cerca de 600 pessoas por dia, num total de 60 000 no final da pandemia. Se antes mesmo deste período, Lisboa mantinha-se com uma elevada taxa populacional, após este negro período, Lisboa estava transformada numa autêntica necrópole.

Por toda a cidade, eram feitas preces públicas e procissões. Durante ambas, o povo implorava em gritos à misericórdia divina. Cristãos-novos eram vítimas de marginalização, sendo assim queimados e mortos, arrastados pelas ruas, apedrejados, ou seja, eram também considerados de certa maneira culpados, por tanto mal-estar a acontecer.

Parecia, não existir maneira de travar este período de morte negra, como era muitas vezes conhecido. Lisboa estava reduzida a um terço da sua população habitual.

A demografia da cidade estava completamente alterada e os níveis de mortalidade aumentavam de dia para dia. Parecia não existir já sítios para enterrar tantas vítimas, o que levou a que os corpos comesçassem a ser queimados, até mesmo como medida de proteção para evitar ainda mais a propagação da doença.

Crianças e mulheres eram completamente abandonadas à sua sorte, na rua pessoas eram deixadas a morrer, os médicos com os seus fracos conhecimentos, não conseguiam ter mão na doença, e nem mesmo as medidas de proteção conseguiam travar a epidemia que matava a cada dia que passava, mais gente. Medidas de combate à propagação da peste, e penas aplicadas ao seu não cumprimento

Eram construídos estabelecimentos com destino aos portadores de peste e restantes portadores de doenças infectocontagiosas, que por sua vez, não podiam ficar nos Hospitais. Normalmente estes espaços eram construídos em locais afastados das grandes massas populacionais, em zonas arejadas e longe das portas da cidade.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

É ainda de constatar que nestas casas especiais, a população de origem pobre, era normalmente internada à força. D. João III teria mandado anteriormente a Veneza, uma delegação para se informar e inteirar de todas as medidas sanitárias a adotar para o combate da peste.

Finalmente no ano da Grande Peste de Lisboa, foi a vez de D. Sebastião mandar vir de Sevilha dois médicos, com grande experiência no combate a esta doença. Ambos especialistas, organizaram várias medidas e proteção à propagação da peste, que deram às autoridades lisboenses, para que estas as fizessem cumprir. Algumas dessas medidas eram:

1. Reforçar o abastecimento de víveres à cidade;
2. Acender fogueiras de lenhas aromáticas na via pública de manhã e à noite;
3. Proceder a limpeza das ruas;
4. Evitar expor ao ar o sangue obtido das seringas;
5. Proceder ao encerramento dos banhos públicos;
6. Mandar queimar as roupas de menor valor das pessoas atacadas pela doença;
7. Colocar de quarentena os navios de transporte de escravos;
8. Lançar ao mar as imundices;
9. Contratação de médicos para cuidados domiciliários;
10. Mandar enterrar os mortos em covas profundas e com uma grande camada de cal viva por cima dos corpos.

Era ainda aconselhado não abrir as janelas antes do nascer do sol, não sair de casa, aspergir o interior da casa com vinagre etc. Infelizmente nem sempre estas medidas foram cumpridas à risca, e o lixo e a imundice, continuou de certa forma a acumular-se nas ruas da cidade e arredores.

Até hoje, os historiadores não têm a total certeza, de como teriam ou não sido cumpridas, todas as medidas de proteção e também de punição, no que consta à peste. Sabemos que existiam penas, por infrações às leis sanitárias e sabemos também que essas mesmas penas, variavam de acordo com a função da condição social do infrator.

Deste modo, é de constatar as seguintes penas, aplicadas por parte do poder régio e também pelo provedor mor da saúde, ao não cumprimento das medidas de prevenção;

1. Açoitamento em público, e seguidamente colocado em degredo na Ilha de S. Tomé, durante sete anos;
2. Ao cavaleiro, escudeiro ou mercador, era aplicada uma pena mais leve e por conseguinte menos vergonhosa, que consistia numa multa e dois anos de degredo, que normalmente era numa aldeia da Beira Interior.

FONTE

Parece ter havido várias introduções na Europa. A praga atingiu a Sicília em outubro de 1347, transportada por doze galés genovesas e rapidamente se espalhou por toda a ilha. As galés de Caffa chegaram a Génova e Veneza em janeiro de 1348, mas foi o surto em Pisa, algumas semanas depois, que marcou o ponto de entrada para o norte da Itália. No final de janeiro, uma das galés expulsas da Itália chegou a Marselha.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Da Itália, a doença espalhou-se para o noroeste por toda a Europa, atingindo a França, a Espanha que foi atingida pelo calor — a epidemia ocorreu nas primeiras semanas de julho, Portugal e Inglaterra em junho de 1348, continuando também a espalhar-se para o leste e norte através de Alemanha, Escócia e Escandinávia de 1348 a 1350. Foi introduzida na Noruega em 1349, quando um navio desembarcou em Askøy, espalhando-se depois para Bjørgvin (moderna Bergen) e Islândia.

Finalmente, continuou a propagar-se para o noroeste da Rússia em 1351. A praga foi menos comum em partes da Europa com comércio menos desenvolvido com os seus vizinhos e através de quarentenas, incluindo a maioria do País Basco, partes isoladas da Bélgica, da Holanda, Polônia e aldeias alpinas isoladas de todo o continente.

Segundo alguns epidemiologistas, períodos de clima desfavorável dizimaram populações de roedores infetados pela peste e forçaram as suas pulgas a procurar hospedeiros alternativos, induzindo surtos de peste que frequentemente atingiam o pico do verão quente do Mediterrâneo, bem como durante os frios meses de outono dos estados do sul do Báltico. No entanto, outros pesquisadores não acham que a praga tenha-se tornado endêmica na Europa ou na população de ratos. A doença varreu repetidamente os transportadores de roedores, de modo a que as pulgas desapareceram até que um novo surto da Ásia Central repetisse o processo.

A doença da peste, causada por *Yersinia pestis*, é (geralmente presente) em populações de pulgas transportadas por roedores terrestres, incluindo marmotas em várias áreas, incluindo Uganda, oeste da Arábia, Curdistão, Norte da Índia, Deserto de Gobi, no Norte da China, e Ásia Central. Devido às mudanças climáticas na Ásia, os roedores começaram a fugir dos prados secos para áreas mais populosas, espalhando a doença. Em outubro de 2010, médicos geneticistas sugeriram que todas as três grandes ondas da praga tiveram a sua origem na China.

Fonte: Wikipédia e Wortexmag.

ASMIR RECORDA

4 DE JUNHO

1919: Direitos da mulher – o Congresso dos EUA aprova a 19.^a Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que garante o sufrágio às mulheres

Aprovado pelo Congresso em 4 de junho de 1919 e ratificado em 18 de agosto de 1920, a 19.^a alteração concedeu às mulheres o direito de voto.

A Décima-Nona Emenda garante o direito de voto a todas as mulheres. A Emenda foi introduzida no Congresso, pela primeira vez, em 1878. Ao longo dos anos, defensores dos direitos de voto recorreram às estratégias diferentes para atingir suas metas.

Alguns lutaram para aprovar leis de sufrágio em cada estado e, em 1912, nove estados do oeste haviam adotado a legislação de sufrágio feminino.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Outros desafiaram, nos tribunais, as leis de voto exclusivas para homens. Sufragistas também usaram táticas tais como manifestações, vigílias silenciosas e greves de fome. Frequentemente, os defensores deparavam-se com ferozes resistências, quando os oponentes aparteavam discursos jocosamente, prendiam-nos e, muitas vezes, os maltratavam fisicamente.

Em 1916, quase todas as importantes organizações de sufrágio estavam irmanadas em torno da meta para uma emenda constitucional.

A paisagem política começou a mudar em 1917, quando Nova Iorque adotou o sufrágio feminino e, novamente, em 1918, quando o presidente Woodrow Wilson mudou sua posição para apoiar uma emenda.

Em 21 de maio de 1919, a Câmara dos Representantes aprovou a emenda e, duas semanas depois, o Senado fez o mesmo. Quando o Tennessee tornou-se o trigésimo-sexto estado a ratificar a emenda, em 18 de agosto de 1920, esta alcançou seu estágio final na obtenção da aceitação por três quartos dos estados. Com este documento, de 26 de agosto de 1920, o Secretário de Estado Bainbridge Colby certificava a ratificação.

A Décima nona Emenda (Alteração XIX) à Constituição dos Estados Unidos proíbe aos Estados e ao governo federal negar o direito de voto aos cidadãos dos Estados Unidos com base no sexo.

Foi ratificado em 18 de agosto de 1920. Até a década de 1910, a maioria dos estados não deu às mulheres o direito de votar.

A alteração foi o ponto culminante do movimento do sufrágio feminino nos Estados Unidos, que lutou nos níveis estadual e nacional para alcançar o voto.

Alcançar este marco exigiu uma luta longa e difícil; A vitória levou décadas de agitação e protesto. Começando em meados do século XIX, várias gerações de apoiantes de sufrágio feminino lecionaram, escreveram, marcharam, pressionaram e praticaram desobediência civil para conseguir o que muitos americanos consideravam uma mudança radical da Constituição. Poucos primeiros apoiantes viveram para ver a vitória final em 1920.

A partir dos anos 1800, as mulheres organizaram, solicitaram e piquetaram para ganhar o direito de voto, mas demorou décadas para cumprir sua finalidade.

Entre 1878, quando a alteração foi introduzida pela primeira vez no Congresso e em 18 de agosto de 1920, quando foi ratificada, os defensores dos direitos de voto das mulheres trabalharam incansavelmente, mas as estratégias para atingir seu objetivo variaram. Alguns prosseguiram uma estratégia para aprovar atos de sufrágio em cada estado – nove estados ocidentais adotaram uma legislação de sufrágio feminino em 1912. Outros desafiaram as leis de votação masculina nos tribunais. As sufragistas militantes usaram táticas como desfiles, vigílias silenciosas e ataques de fome. Muitas vezes, os apoiantes encontraram resistência feroz. Os oponentes concordaram, encarceraram e às vezes abusaram fisicamente deles.

Em 1916, quase todas as principais organizações de sufrágio estavam unidas atrás do objetivo de uma emenda constitucional. Quando Nova Iorque adotou o sufrágio feminino em 1917 e o Presidente Wilson mudou sua posição para apoiar uma emenda em 1918, o equilíbrio político começou a mudar.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Em 21 de maio de 1919, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda, e duas semanas depois, o Senado seguiu a mesma posição. Quando o Tennessee se tornou o 36.º estado para ratificar a emenda em 18 de agosto de 1920, a emenda ultrapassou o último obstáculo final conseguindo o acordo de três quartos do total dos estados.

O secretário de Estado, Bainbridge Colby, certificou a ratificação em 26 de agosto de 1920, mudando o rosto do eleitorado norte-americano para sempre.

ASMIR RECORDA

Explosão de Navios de Guerra durante a Primeira Guerra Mundial

Na tarde do dia 30 de dezembro de 1915, em plena Primeira Guerra Mundial, uma frota de navios de guerra britânicos encontrava-se ancorada no estuário de Cromarty, Escócia.

Embora a guerra com a Alemanha tivesse atingido o seu auge, aqueles navios viviam momentos de paz.

A bordo do cruzador “Natal”, o comandante Back recebia alguns oficiais e as suas famílias, proporcionando-lhes uma sessão de cinema. Pequenas embarcações levavam grupos de marinheiros a terra.

Repentinamente, às 15 horas e 20 minuto, uma ensurdecadora explosão sacudiu o estuário. De um dos botes, um dos marinheiros contemplou um espetáculo aterrorizador. Da popa do “Natal” uma língua de fogo erguia-se até ao céu, o convés da popa e as saídas dos canhões desintegravam-se e todo o navio se inclinava para bombordo.

O tenente Fildes, que se encontrava no tombadilho da popa, foi atirado ao chão pela explosão. Caído, semi-inconsciente, contra as bordas de teca, viu com horror que o pez, nas costuras do convés, fervilhava a elevada temperatura.

Decorridos escassos momentos, nova explosão rasgava o costado do navio, que em três minutos se afundava, arrastando para a morte mais de 350 pessoas.

O “Natal”, um dos cruzadores mais modernos da Marinha Real inglesa, fora escolhido em 1911 para levar o rei e a rainha à Índia, cujo governador, por ocasião da coroação, oferecera uma recepção. A tripulação era, na maioria, originária de Chatham e das aldeias do norte do condado de Kent. Alguns destes pequenos povoados perderam metade dos seus homens no desastre.

Suspeitou-se de que o “Natal” fora torpedado. Mas o estuário de Cromarty estava bem protegido contra os submarinos, e os mergulhadores declaram que a explosão procedera do interior.

Era ainda possível, embora improvável, que se tivesse verificado um acidente nos paióis. Estes, porém, encontravam-se na parte inferior e mais ventilada do casco, e as cargas explosivas eram mantidas a uma temperatura controlada. Os marinheiros que ali trabalhavam usavam sapatilhas de feltro para evitar a



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

produção de faíscas, devido aos saltos. Envolviam as lâmpadas elétricas globos de vidro especialmente espessos, protegidos por rígidas armações de ferro. O tenente Fields, um dos poucos oficiais que sobreviveram para dar testemunho do que sucedera, declarou à comissão de inquérito que, antes de a explosão ocorrer, ouvira um ruído suspeito de crepitação num dos ventiladores que conduziam aos paióis. Mandara um marinheiro investigar a causa da anomalia, mas nada se descobrira.

Mas as suspeitas que o oficial alimentava sobre a colocação de um dispositivo incendiário foram postas de lado. A comissão concluiu que se verificara um acidente nos paióis, “cuja causa exata é impossível determinar”.

Se o “Natal” tivesse sido o único navio de guerra inglês a explodir em águas territoriais, tal complacência podia ter sido desculpável.

Mas no dia 26 de novembro de 1914, algumas semanas depois da eclosão da guerra, o “Bulwark”, um couraçado de 15 000 toneladas, explodira no Medway.

“É provável – afirmara nessa ocasião a comissão oficial de inquérito do Almirantado – que a causa real nunca seja descoberta.” No entanto, alguns meios alimentavam suspeitas, confirmadas no dia 14 de julho de 1917. Após um prolongado e inquietante silêncio, o Almirantado anunciou que, cinco dias antes, o “Vanguard” fora pelos ares quando se encontrava ancorado em Scapa Flow, Escócia, igualmente em resultado de uma explosão a bordo.

Nesta altura, os métodos de sabotagem alemães já eram mais conhecidos. Sabia-se que em Nova Iorque sabotadores alemães tinham conseguido provocar incêndios a bordo de navios de munições ingleses ali acostados. Utilizavam uma pequena bomba incendiária, em forma de charuto, contendo ácido sulfúrico e carbonato de potássio separados por uma placa de cobre. Quando o ácido corroía a placa, a bomba ficava incandescente e rubro-branca, incendiando tudo quanto a rodeava.

Um destes dispositivos destruíra o navio de munições “Phoebus”, a meio do Atlântico, em 1915. O agente alemão responsável fora mais tarde condenado a quatro anos de prisão por um tribunal americano.

O inquérito realizado sobre o desastre do “Vanguard” revelou factos inquietantes. Apenas algumas horas antes da explosão, dois montadores de máquinas civis de Chatham tinham saído do “Vanguard”. Um deles, um encarregado, pareceu suspeitosamente evasivo aos membros da comissão de inquérito. “Somos inclinados a acreditar – declararam estes – que ele sabe mais do que deseja revelar.”

Quando se examinou o cadastro do encarregado, descobriu-se que este saíra do “Natal” em circunstâncias análogas, algumas horas antes de o navio ter explodido.

Entre os destroços recuperados do “Vanguard” e examinados pela comissão encontravam-se uma bíblia e diversas cartas escritas em alemão.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

O Almirantado ponderou o assunto. Depois, para surpresa geral, anunciou que a explosão se devera a “causas inevitáveis de natureza incerta.”

Fonte: Histórias Fantásticas.

ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO DE 1783: Os irmãos Montgolfier realizam o primeiro voo sustentado de um balão de ar quente.

Desde sempre que a subida do Homem no espaço tem constituído uma aventura arriscada, especialmente nos primeiros tempos, quando as tentativas para se realizar o intento eram, na sua maior parte, esforços inábeis no sentido de imitar o comportamento das aves em voo.

Conta-se que, cerca do ano 1000, um monge beneditino saltou de uma torre depois de, previamente, ter colocado asas nos ombros. Partiu as duas pernas, e não há notícia de ter repetido o intento. (Como Ícaro com as suas asas de cera! Porém, este subiu tão alto e chegou tão próximo do Sol, que a estrela lhe derreteu as asas e Ícaro não sobreviveu à façanha.)

Entre os esboços feitos por Leonard da Vinci, no século XV, incluem-se os de um paraquedas e de um modelo de helicóptero.

Uma centena de anos depois de Da Vinci, os inventores começaram a ventilar a hipótese de utilização de outras fontes de energia para conseguirem erguer-se no ar.

Francisco de Lana desenhou uma aeronave com quatro cilindros de vácuo para afundar navios no mar ou incendiar casas, lançando-lhes do céu bolas de fogo, projeto que, contudo, como homem pacífico que era, mais tarde abandonou. Aliás, na elaboração do seu projeto, não atendera ao facto de que as naves, sem ar, necessitariam de ser suficientemente fortes para resistirem à pressão externa atmosférica, o que, consequentemente, as impediria de voarem.

Outro século passou até um homem se elevar triunfantemente no ar, no balão de ar quente dos irmãos franceses Montgolfier.

Diz-se que Joseph Montgolfier concebeu a ideia de utilizar ar quente ao contemplar o fumo de uma lareira subir pela chaminé. Muniu-se de sacos de papel – era fabricante de papel –, segurou-os sobre as chamas e viu-os erguerem-se suavemente em direção ao teto.

No dia 21 de novembro, dois franceses aventureiros, Pilâtre de Rozier e o marquês d'Arlandes, ergueram-se a uma altura de 90 metros no balão criado pelos irmãos Montgolfier e percorreram um trajeto de oito quilómetros.

Também o nosso Bartolomeu de Gusmão desenhou, em 1709, uma passarola que se ergueria do solo através de complexo sistema de ímanes.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Fontes: As Espantosas Invenções do Homem; Outras.

ASMIR RECORDA

5 de junho de 1723: Nasce o economista Adam Smith, fundador da moderna teoria económica, autor de "Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações".

Adam Smith embora seja mais conhecido como economista, era um erudito, um teórico da sociedade e um filósofo moral eminente.

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy e estudou na Universidade de Glasgow e no Balliol College, de Oxford.

Residiu em Edimburgo e tornou-se amigo de outro eminente filósofo, Hume, e do seu círculo, entre 1748 e 1751, ano em que foi nomeado professor de Lógica na Universidade de Glasgow.

No ano seguinte Adam Smith mudou para a cadeira de Filosofia Moral. Com a publicação de "The Theory of Moral Sentiments" (1759) recebeu o mecenato do duque de Buccleuch, o que lhe permitiu abdicar da sua posição de professor na universidade, dedicando-se, a partir de então, à investigação.

A obra "Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações" foi publicada em 1776.

A filosofia moral de Smith difere da de outros filósofos, nomeadamente Hume e da de Hutcheson, pelo relevo que dá às virtudes estoicas, em particular o autocontrolo.

O homem da virtude perfeita de Smith "junta ao mais perfeito controlo dos seus próprios sentimentos originais e egoístas a mais apurada sensibilidade aos sentimentos dos outros, sejam originais ou afins diretos".

O seu sistema depende do mecanismo da simpatia, que resulta de uma apreciação intelectual ou moral da situação em que alguém se encontra e que provoca um sentimento de solidariedade ou sensação análoga no espectador atento.

O "espectador imparcial" é introduzido como explicação do funcionamento da consciência: é uma interiorização do olhar dos outros, pela qual imagino o que sentiria se não tivesse uma perspectiva preconceituosa e distorcida das minhas próprias ações.

O espectador imparcial funciona como o "tribunal no interior do peito", cuja autoridade deriva da censura do mundo, mas que, apesar de tudo, tem o poder de vencer os juízos dos outros.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

A “mão invisível”, que deu fama a Smith, aparece pela primeira vez como uma expressão fixa num ensaio que escreveu sobre a história da astronomia.

Apesar da sua cupidez e rapacidade insaciáveis, os ricos são de facto incapazes de consumir muito mais do que as outras pessoas e, assim, são levados pela mão invisível a fazer “aproximadamente a mesma distribuição das necessidades da vida que aquela que teria sido feita, tivesse a Terra sido dividida em porções iguais entre todos os seus habitantes”.

Na riqueza das nações a ênfase está menos na igual distribuição e mais na promoção do bem comum que resulta da busca do interesse próprio.

Em economia, Smith apresenta a análise pioneira da estrutura de uma economia em funcionamento e a primeira discussão dos benefícios da “divisão do trabalho”. O seu otimismo generalizado acerca dos resultados económicos dos mercados livres tem-lhe dado, nos círculos políticos libertários, um prestígio que Smith poderia, no entanto, não acolher com satisfação, dada a sua opinião negativa sobre os motivos que levam à atividade económica (vaidade).

De facto, Smith na sua obra, tem em consideração a facultação de serviços públicos, pagos pelos impostos, nas áreas em que os mecanismos de mercado falham e argumenta que o Estado cumpre um papel vital ao providenciar serviços de educação para os pobres, tanto para aliviar a “mutilação mental” que resulta das condições de trabalho industriais, como para lhes permitir que se tornem melhores trabalhadores e cidadãos.

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy a 5 de junho de 1723 e morreu em Edimburgo a 17 de julho de 1790.

Fontes: Enciclopédia; Dicionário de Filosofia; Dicionário de Economia; Outras.

ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO DE 1883: Nasce o filósofo e economista inglês John Maynard Keynes.

Embora seja sobretudo conhecido como economista, Keynes produziu um clássico da filosofia, o “Um Tratado sobre Probabilidade” (1921), onde desenvolveu a teoria das probabilidades e a teoria da confirmação, que têm por base uma relação lógica e objetiva de graus de implicação entre as proposições.

Embora as investigações posteriores não tenham sido simpáticas a esta noção, a exploração que Keynes fez das suas possibilidades continua a ser, a par da obra de Rudolf Carnap (positivista lógico alemão), o melhor tratamento da teoria da confirmação.

Em partilhar, Keynes compreendeu que, para que a indução aumente as probabilidades das generalizações à medida que a informação vai eliminando progressivamente as falsificações potenciais, deve supor-se um “princípio de



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

variedade independente limitada”, que proporcione a estrutura necessária para que a probabilidade aumente.

Na linha da escola de Cambridge, desponta com Keynes um dos maiores talentos de economista do século XX.

Começando a tornar-se conhecido com a obra “As Consequências Económicas da Guerra Mundial” (1919), em que criticava violentamente as condições impostas pelos Aliados aos Impérios Centrais pelo tratado de Versalhes, publicou em 1930 um tratado sobre a moeda, onde se advoga já a integração da teoria da moeda na teoria económica em geral.

Em 1936, Keynes publica a sua “Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda, expoente máximo do pensamento económico inglês no seu tempo.

Autor de outras obras, como o “Tratado da reforma Monetária”, combate o regresso ao estalão-ouro, e “How to Pay for the War” (como pagar a guerra), em que propõe o conceito de desuso inflacionista.

Elevado ao pariató em 1942, com a morte de Lorde Keynes of Tilton, em 1946, desaparece um dos grandes vultos da ciência económica dos nossos dias.

O keynesianismo está na origem de todas as políticas económicas caracterizadas pelo intervencionismo estatal no quadro da economia de mercado.

John Maynard Keynes nasceu em Cambridge a 5 de junho de 1883 e morreu em Tilton, East Sussex, a 21 de abril de 1946.

Fontes: Dicionário de Filosofia; Dicionário de Economia; Enciclopédia; Outras.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1757 – Nasceu no Chateau de Salagnac, Cosnac, Pierre Jean Georges Cabanis, filósofo, médico espiritualista, republicano, político, senador de Bonaparte. Amigo de Mirabeau, d'Holbach, d'Alembert, Diderot, Condorcet (cunhado), Condillac, Thomas, Franklin, Jefferson, Sieyès, mme. Helvétius e protegido de Turgot.

Foi professor de medicina e escreveu, ‘Rapports du Physique et du Moral de l'Homme’.

Considerado o primeiro teórico da medicina legal, a sua obra principal foi ‘História da Medicina’, Faleceu em 5/5/1808

Para Cabanis, a vida era apenas uma organização de forças físicas; o pensamento era o resultado de "secreções" no cérebro, análogas à secreção de bile no fígado; o comportamento dependia do arranjo dos elementos naturais. A alma era supérflua, pois a consciência era apenas um efeito de processos mecanicistas, e a sensibilidade, a fonte da inteligência, era uma propriedade do sistema nervoso. No final de sua vida, Cabanis via o ego como imaterial e imortal, mas não via



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

nessa visão incompatibilidade com suas teorias anteriores.

Fonte: www.britannica.com.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1723 – Nasceu em Arkcaldy, Adam Smith, filósofo, economista e político escocês, fundador da economia política clássica, baseada no sistema liberal, antimonetarista e defensor do funcionamento do livre mercado. Faleceu em 17/7/1799.

Adam Smith foi o mais importante teórico do liberalismo econômico do século XVIII. Sua principal obra "A Riqueza das Nações" é referência para os economistas.

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, Escócia, no dia 5 de junho de 1723. Filho do advogado Adam Smith e de Margaret Douglas, ficou órfão aos dois anos de idade.

Smith travou amizade com o filósofo David Hume, cujas doutrinas empiristas e iluministas exerceram grande influência sobre ele.

Assumiu a cátedra de Filosofia Moral, em 1752. Publicou seu principal tratado sobre essa disciplina, "Teoria dos Sentimentos Morais" (1759).

Nessa obra, vinculada à escola do sentimento moral iniciada por Francis Hutcheson, Adam Smith destacava, como princípio básico da consciência moral do indivíduo, a imparcialidade no julgamento das próprias ações e do comportamento alheio.

Teoria da divisão do trabalho

Com um estudo profundo sobre a formação, o investimento e a distribuição do capital, Smith afirmou a teoria valor-trabalho, segundo a qual a fonte única de riqueza é o trabalho.

As sociedades industriais se diferenciavam das comunidades primitivas por uma maior acumulação de riqueza, como resultado das inovações tecnológicas que a divisão do trabalho e o aumento de emprego produzem.

Segundo ele, todo o sistema econômico em que existe a livre atividade dos indivíduos desenvolvem-se de forma harmônica, de acordo com um modelo de crescimento contínuo da riqueza geral do país.

Smith baseou-se no fato de empresários e trabalhadores serem guiados pela mesma lei psicológica natural da busca do interesse próprio.

Essa lei é que impulsiona os primeiros a conseguirem o maior lucro possível e os últimos a oferecerem sua força de trabalho ao capitalista que a remunere melhor. E que por serem a oferta e a demanda dos produtos, da mesma forma que os seus custos de produção, reguladas espontaneamente pela “mão invisível”, estabelece a competição no mercado.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Adam Smith por Evellyn Caroline Santos Lima

No século XVIII, a economia não era um assunto específico, fazia parte da “Filosofia Moral”. Adam Smith foi o primeiro filósofo moral a reconhecer que as ações de mercado mereciam um estudo cuidadoso e em tempo integral numa moderna disciplina das Ciências Sociais.

Ele nasceu em 1723 na cidade escocesa Kirkcaldy, pequena e majoritariamente presbiteriana, mas foi batizado pela mãe na Igreja Anglicana. Sua mãe foi Margaret Douglas, de uma família proprietária de terras, seu pai também se chamava Adam Smith, que foi promotor de Justiça Militar e superintendente fiscal da Alfândega de Kirkcaldy, e morreu antes de seu nascimento. Aos 14 anos Smith foi para a Universidade de Glasgow, onde se tornou mestre e fascinou-se pelas ideias do professor Francis Hutcheson, aprendendo Liberalismo Clássico, Direito Natural e Economia Política.

Depois, Smith ingressou no Balliol College da Universidade de Oxford com uma bolsa de estudos que visava formar clérigos anglicanos. Mas Smith desprezava Oxford, dizia que os professores haviam desistido até de fingir que ensinavam. Também não foi ordenado um ministro episcopal, era um presbiteriano apesar de seu batismo anglicano. Voltou da Inglaterra em 1746, estabelecendo-se em Edimburgo, onde ficou desempregado por dois anos.

Em 1748, Smith foi convidado pelo juiz Henry Home a palestrar sobre Direito Natural, Literatura, liberdade de comércio e liberdade individual, patrocinado pela Sociedade Filosófica de Edimburgo. Tornou-se professor na Universidade de Glasgow em 1750, sem dificuldade em fazer a Profissão de Fé de Westminster para ser oficialmente presbiteriano e integrar o quadro de professores; primeiro na cadeira de Teoria da Lógica, e em 1752 ascendeu à cadeira de Filosofia Moral, que pertencia a Hutcheson. As palestras de Smith eram populares e converteram muitos mercadores à nova visão econômica combatente ao Mercantilismo.

Smith também era um entusiasmado contribuinte de associações educacionais e sociais presbiterianas e daquelas organizadas pelos professores universitários, literatos e advogados. Em 1753 fundou a Sociedade Literária de Glasgow. Foi o principal membro da Sociedade Filosófica de Edimburgo e da Sociedade Seleta, era ativo em outros clubes da cidade como o Oyster Club e o Poker Club; em Glasgow fazia parte do Clube de Economia Política e do Simson's Club.

Devido à fama de uma de suas principais obras, “A Teoria dos Sentimentos Morais” de 1759, ele foi convidado para ser tutor do Duque de Buccleuch em 1764, com quem viajou para França, exercendo a função por três anos, que lhe rendeu um salário anual vitalício duas vezes maior que o salário de professor universitário. Após sua tutoria, Smith voltou para Kirkcaldy, para finalizar “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776; tão bem recebida que o duque de Buccleuch o chamou para ser comissário da Alfândega Escocesa de Edimburgo em 1778, com um salário duplamente maior que o anterior, de £600 anuais. Adam ficou na função até a sua morte, em 1790.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Smith defendeu a igualdade perante a lei para todos, sendo errado o governo conceder vantagens a alguns à custa de outros. Ele achava inadequado quaisquer leis que freassem a produção dos homens, e sustentava que cada pessoa pudesse buscar livremente seus interesses, desde que não infringisse os direitos de outras pessoas. Era também um Whig, os Whigs do parlamento britânico lutaram por um governo limitado e por liberdade.

A “Mão Invisível” de Smith era uma oposição à economia planeada dos mercantilistas, que achavam que a economia era como uma torta: aquele que desejasse enriquecer precisava cortar um pedaço maior que os outros, para “A” ser mais rico, “B” precisava empobrecer. Mas Smith não se deu o trabalho de investigar a pobreza, para ele a riqueza é que era gerada. Constatou que no mercado os homens buscam seus próprios interesses, sendo necessário agradar aos outros; de modo que não era pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que a comida chegava à mesa, mas porque estes comercializavam por si mesmos, e assim os interesses de diferentes homens acabam se integrando no mercado, como se houvesse uma “mão invisível” os conduzindo. A riqueza, para Smith, não era torta finita. Os homens poderiam produzir uma torta maior, mais riqueza.
<https://www.youtube.com/watch?v=awFEZj7Xulk>.

ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO DE 1821: D. Pedro jura as Bases da Constituição liberal portuguesa que darão origem à Lei Fundamental de 1822.

A primeira Constituição (1822) a vigorar em Portugal foi elaborada e aprovada pelas Cortes Constituintes de Lisboa de 1821.

Teve uma vida acidentada com dois períodos de vigência: em setembro de 1822 e de setembro de 1836 a abril de 1838.

O segundo diploma, aquele que mais tempo durou, é a carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV.

A sua primeira vigência foi de 1826 a 1828, altura em que D. Miguel, que lhe jurara fidelidade, foi aclamado rei.

Após a guerra civil, voltou a vigorar em 1834 e foi revogada pela Revolução de setembro de 1836 que repôs a Constituição de 1822.

Para pôr cobro às lutas entre “vintistas” e “cartistas” o governo de D. Maria promoveu a elaboração de nova constituição, de compromisso entre as duas tendências, que ficou pronta em abril de 1838; sobreviveu apenas até fevereiro de 1842, data em que Costa Cabral restaurou a Carta Constitucional.

Esta viria a durar até à Revolução Republicana de 1910 com apenas três atos adicionais, em 1852, 1885 e 1896.

A Constituição Republicana foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte eleita em maio de 1911 e aprovada em agosto desse ano.

A Constituição de 1822 é um dos textos mais importantes e inovadores do constitucionalismo português.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Existem semelhanças entre a Constituição de 1822 e a Constituição de Cádiz, a sua principal fonte, estabelecendo um paralelo entre a ideologia presente nos dois movimentos liberais.

Podemos procurar em 1808 na "Súplica" de Constituição feita a Junot os primórdios da vontade dos cidadãos para dotar a nação de uma lei fundamental, que forçosamente teria como base as constituições outorgadas segundo o sistema francês.

O objetivo da ideologia vintista era dotar o país de uma nova ordem política e jurídica que limitasse o poder do monarca e, em contrapartida, garantisse os direitos individuais.

A garantia destes direitos radica na Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e do Cidadão.

Fontes: Enciclopédia; História de Portugal; Outras.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1886 – Nasceu em Lisboa, Godofredo Alberto dos Santos Ferreira, funcionário público, fundador do Museu dos Correios.

Foi o presidente da Comissão Executiva da 1.^a Filatélica realizada em Portugal em 1953 com o nome de Lisboa 53.

Das suas publicações destacamos “Algumas Achegas para a História do Correio em Portugal”.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1883 – Nasceu, em Cambridge, John Maynard Keynes. Escreveu muitos tratados de economia, dando origem ao keynesianismo teoria desenvolvida a partir da crise de 1929.

Com um modelo geral justificativo, propondo a intervenção do estado na economia para correção dos desvios que inevitavelmente ocorrem nos sistemas liberais e estudado em todas as universidades do mundo.

Foi Diretor do Economic Journal e secretário da Royal Economic Society. Faleceu em 21/4/1946.

O NEW DEAL por Tales Pinto

A Crise de 1929 colocou em xeque a viabilidade das medidas económicas liberais, que apontava o mercado capitalista como o instrumento ideal para se alcançar o equilíbrio económico e social, sem a intervenção maciça do Estado. A resposta à crise foi encontrada nos Estados Unidos e depois nos demais países do capitalismo ocidental na ampliação da intervenção do Estado, com o planeamento económico. Nos EUA, essas medidas foram implantadas no governo do presidente



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e receberam o nome de New Deal (Novo Acordo).

O New Deal foi influenciado pela teoria económica de John Maynard Keynes, economista britânico que apontava a necessidade da mediação económica do Estado para garantir o bem-estar da população, ação que o liberalismo seria incapaz de realizar. A estratégia de planeamento económico estatal aproximava o New Deal dos planos quinquenais adotados na URSS, que intensificaram a industrialização soviética num período de profunda crise económica do capitalismo ocidental.

Para enfrentar a crise económica e social nos EUA, Roosevelt utilizou os trabalhos de um grupo de renomados economistas inspirados em Keynes para elaborar o New Deal, cujo principal objetivo era criar condições para a diminuição do desemprego, através da articulação de investimentos estatais e privados. As principais medidas foram:

- desvalorização do dólar para tornar as exportações mais competitivas;
- empréstimos aos bancos para evitar falências no sistema financeiro;
- criação do sistema de seguridade social, com destaque para o seguro desemprego e a Lei de Seguridade de 1935;
- direito de organização sindical;
- estímulo à produção agrícola;
- construção de uma grande quantidade de obras públicas, com destaque às hidroelétricas e rodovias.

O estímulo à contratação de trabalhadores, buscando uma situação de pleno emprego da população economicamente ativa e as ações de seguridade social estimulariam o consumo da população, aquecendo a produção industrial, agrícola e de serviços em todos os níveis. Além disso, a intermediação dos sindicatos nas negociações das reivindicações tentava evitar violentos conflitos, garantindo a ordem social. Essa perspectiva de atuação económica via o capitalismo como um modo de produção integrado, no qual o aumento do consumo, principalmente dos trabalhadores, estimularia um desenvolvimento em cadeia de todos os setores económicos.

As medidas alcançaram êxito, revigorando novamente o capitalismo norte-americano, ao ponto de estudos afirmarem que dez anos após a implantação do New Deal, os EUA se aproximaram dos patamares económicos em que se encontravam em 1929.

O New Deal influenciou as políticas económicas na Europa ocidental, no que ficou conhecido como Welfare State, políticas de bem-estar social que proporcionaram o boom económico do pós-guerra. O Estado garantia uma distribuição menos desigual de renda e criava infraestruturas necessárias a uma vida digna para a maioria da população, investindo em saúde, educação e transporte.

Somente na década de 1970, com as graves crises que assolaram o mundo capitalista, que as medidas keynesianas, como o New Deal, foram sendo



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

substituídas e dando lugar a novas políticas de orientação liberal. Começava a época do neoliberalismo económico.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1917 – Nasceu em Luanda, José Batista Pinheiro de Azevedo, almirante e chefe do estado-maior da armada.

Membro da Junta de Salvação Nacional, na sequência da Revolução do 25 de Abril, em 29/8/75 foi designado primeiro-ministro do VI governo provisório, onde se destacou a sua ação de reposição da legalidade democrática e no apoio ativo e interessado que deu à legalização do Grande Oriente Lusitano Unido e à imediata devolução do seu Palácio. Faleceu em 10/8/1983.

Excerto de Texto de Miguel Pinheiro no OBSERVADOR

Texto

05 mar 2017, 21:33 14

A 12 de novembro de 1975, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo estava novamente cercado — politicamente e literalmente. Tinha sido tudo muito rápido. De repente, já não havia como escapar e todas as portas do Palácio de São Bento estavam fechadas. Lá dentro, além do chefe do VI Governo Provisório (que ficaria conhecido pelo elogioso cognome “O Almirante Sem Medo”), estavam algumas centenas de deputados à Assembleia Constituinte, funcionários parlamentares e ministros. Lá fora, vários milhares de trabalhadores da construção civil. Os sentimentos dos primeiros variavam entre o medo, a apreensão e a raiva. Os sentimentos dos segundos não variavam – todos estavam furiosos.

Frustrados com o impasse na negociação do novo contrato colectivo vertical para o sector (sim, naquele tempo estas coisas eram mesmo importantes), os operários organizaram uma manifestação. O destino final da multidão, que se juntara no Terreiro do Paço, deveria ser o Ministério do Trabalho. O problema é que, com medo de que houvesse uma invasão do edifício, o ministro mandara encerrar as portas e as janelas. Esta medida conseguiu ser ao mesmo tempo prudente e insensata. Prudente, porque evitou um cerco ao ministério. Insensata, porque deixou os manifestantes sem um alvo evidente. Ao faltar-lhes um ministro a quem pudessem gritar, os operários decidiram subir mais um passo na hierarquia do Estado e foram directos à residência oficial do primeiro-ministro, o almirante Pinheiro de Azevedo.

(...)

As negociações dentro de São Bento até correram bem. O próprio Diário de Notícias, que na época era dominado pelo PCP, admitiu que o primeiro-ministro cedeu para conseguir “acordos parciais quanto a algumas das reivindicações apresentadas”. Pinheiro de Azevedo achou que eles seriam mais do que suficientes para satisfazer os manifestantes. Por isso, conta o Diário Popular, foi à varanda do palácio e anunciou, perante a impaciência da multidão:



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

“Penso que têm interesse em ouvir as minhas palavras, independentemente da simpatia que tenham por mim. Está em causa a política, os vossos interesses, o vosso espírito de classe (assobios). Aliás, vocês só me conhecem por aquilo que dizem os jornais. Vocês não me conhecem (vaiais). Vamos aos factos: o resultado das negociações, pois entendo que isso é que é importante. O governo acedeu que até dia 27 será apresentada uma portaria para regularizar o acordo de trabalho, porque não é possível chegar-se a acordo neste momento...”

Esta última frase foi fatalmente ambígua: o primeiro-ministro queria dizer uma coisa; os manifestantes entenderam outra e recorreram aos “assobios”, às “vaiais” e aos “gritos de ‘fascista, fascista, fascista’”. Pinheiro de Azevedo ainda tentou desfazer aquele terrível equívoco, insistindo que o Governo tinha concordado com algumas das exigências dos trabalhadores:

Mas “as massas” já não o queriam ouvir. Só gritavam “Vasco, Vasco, Vasco voltará!”, numa referência ao ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e “Fascista, fascista!”. Quando ouviu de novo os berros de “Fascista, fascista!”, disse a frase que entrou para a história com bolinha vermelha:

“Vão bardamerda mais o fascista!”

Depois da emblemática e tornada famosa expressão de Pinheiro de Azevedo após ter estado cercado 36 horas em S. Bento por operários, que lhe chamam fascista comunica ao Presidente da República Francisco Costa Gomes que o seu Governo decidira entrar em greve.

<https://www.youtube.com/watch?v=rPLJFqKtiFs>

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1917 – Nasceu em Angoulême, Maurice Duverger, jurista, jornalista e professor de ciência política na Sorbonne, Poitiers e Bordéus, Escreveu, “Europa dos Homens”, “Os Partidos Políticos” e “A Influência dos Sistemas Eleitorais sobre a Vida Política”. Faleceu em Paris em 16/12/2014.

A ASMIR RECORDA

5 DE JUNHO

1933 – Os E.U.A. abandonaram o padrão-ouro para combater a severa depressão.

O que é padrão-ouro?

O sistema padrão-ouro estava fundamentado na teoria quantitativa da moeda. Esta era de autoria de David Hume, chamada de modelo de fluxo de moedas metálicas. Essa teoria abarcava as relações entre moeda e preços (inflação e deflação).



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

O padrão-ouro é um regime cambial fixo. Mas isso dentro do cenário internacional das grandes potências econômicas no final do século XIX. Nesse sentido, cada país firmou compromisso de fixar o valor de sua moeda diante de uma quantidade de ouro definida. Bem como praticar políticas de compra e venda de ouro.

O que ocorria, à época deste sistema, é que os países superavitários sofriam inflação e os deficitários, o contrário, convergindo para um equilíbrio. Assim, os bancos convertiam as notas bancárias que emitiam em ouro ou prata quando os clientes pediam.

O padrão-ouro foi utilizado especialmente pela Inglaterra, ganhando estabilidade de meados de 1870 até ao fim da Primeira Guerra Mundial. No Brasil, foi adotado, de forma incompleta, entre o Segundo Reinado e o início da República Velha.

Como funcionava o padrão-ouro?

Este regime se fundamentava na obrigatoriedade de cada país manter parte significativa de seus ativos de reserva internacional em forma de ouro. Essas reservas determinavam as condições do comércio de cada nação.

Isso se explica pelo de os fluxos de ouro influírem sobre as balanças de pagamento: se os bens e serviços importados do Exterior se sobrepusessem aos bens e serviços exportados pelo país, a nação precisava exportar ouro para ajustar o déficit. Dessa forma, países superavitários se caracterizavam como importadores de ouro.

Balança de Pagamentos: o indicador das relações econômicas de um país.

Balança de Pagamentos: o indicador das relações econômicas de um país.

Em resumo: a quantidade de reservas de ouro de um país definiam sua oferta monetária.

Caso um país tivesse balança comercial superavitária, o padrão-ouro funcionava assim:

Este país importaria ouro de países deficitários.

Tal ação faria com que a oferta interna de moeda aumentasse no país, elevando a base monetária e aumentando os preços.

Com a elevação dos preços, os produtos do país perderiam competitividade nos mercados internacionais, o que serviria para frear novos superávits.

Já se o país apresentasse balança comercial deficitária:

Exportaria ouro para outros países;

Teria contenção monetária;

Com a contenção monetária, os preços internos cairiam, fazendo com que seus produtos se tornassem mais competitivos no Exterior.

Portanto, o padrão-ouro buscava propiciar o equilíbrio na economia internacional, permitindo que cada país tivesse uma base monetária significativa através da paridade cambial. A consistência da base monetária geraria o equilíbrio da balança comercial.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

O fim do padrão-ouro

Na sua versão clássica, o padrão-ouro pode ser considerado o primeiro sistema monetário internacional, extinguido em meados de 1914. Nessa época o Reino Unido era uma potência no mercado internacional, e Londres, o centro financeiro do planeta.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o padrão libra-ouro também desapareceu. Apenas em 1944, após desordem monetária internacional, é que uma nova ordem monetária e econômica internacional passou a vigorar, através dos Acordos de Bretton Woods.

Os Estados Unidos emergiam como a grande potência mundial, impondo ao dólar a condição de moeda internacional, substituindo o padrão libra-ouro pelo dólar-ouro.

Mas o Bretton Woods não duraria muito.

A derrocada do sistema Bretton Woods

Em 15 de agosto de 1971 o sistema Bretton Woods teve o seu fim. Nessa data os EUA definiram a extinção do padrão-ouro e engendraram a ascensão de um sistema flutuante. Um regime de flutuação livre baseado no dólar, no euro, no iene e na libra esterlina, também suscetível à intervenção dos bancos centrais.

Desde então, os regimes monetários nacionais tendem a guiar-se por três moedas principais:

Dólar americano;

Euro;

Iene.

Existe a possibilidade de o iene ser substituído pelo renminbi chinês, visto que a China tem despontado como grande potência mundial.

Nenhuma nova paridade funcionou para alcançar o equilíbrio após o padrão-ouro. Portanto, desde 1973, com as mudanças pelas quais passou o Fundo Monetário Internacional (FMI), não existe um sistema monetário internacional formal. Apesar de a situação mundial não se apresentar caótica, o que coloca em xeque a real necessidade de um sistema monetário internacional formal.

FONTE www.sunoresearch.com.br.

ASMIR RECORDA

6 DE JUNHO DE 1944: Dia D. As forças aliadas desembarcam nas praias da Normandia, França, Segunda Guerra Mundial.

O Desembarque na Normandia foi o maior desembarque da História, preparado tecnicamente com operações de menor envergadura, na África do Norte (1942) e na Sicília (1943), realizou-se a 6 de junho de 1944, quando cerca de 90 000 homens das tropas aliadas desembarcaram na Normandia, sob o comando do general americano Eisenhower.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Foram necessários 5000 barcos, e a aviação aliada efetuou 11 000 saídas.

O desembarque fez-se nas prais de Arromanches, Vierville e Saint-Laurent-sur-Mer.

Apesar da série de retumbantes vitórias que alcançara em 1940, Adolf Hitler não subjugara ainda as Ilhas Britânicas.

Não obstante a dureza e eficiência das suas tropas, o canal da Mancha era um sério obstáculo ao desembarque em Inglaterra das forças alemãs, que uma vez ultrapassada essa barreira, venceriam facilmente as tropas inglesas.

Quando, porém, os Aliados enfrentaram tarefa idêntica, processando-se em sentido oposto, anos mais tarde, a oposição que encontraram era ainda mais temível: fortificações maciças e um exército que, embora extremamente disperso, continuava a ser um dos mais eficientes existentes em todo o Mundo.

Tendo o domínio do canal e do espaço aéreo sobre ele, o desembarque da primeira vaga de tropas em território inimigo não causaria problemas de maior.

Porém, apenas os Alemães se apercebessem do que sucedia e organizassem um contra-ataque em larga escala, o êxito dependeria integralmente do desembarque maciço de reforços, que era necessário abastecer, problema extremamente importante e que exigia uma solução engenhosa.

Mas todos os portos estavam poderosamente defendidos. Mesmo que resultasse a tentativa, por parte dos Aliados, de que se apossassem de um deles, a operação desviaria homens e equipamento da invasão principal e era admissível que, antes de se retirarem, os Alemães destruíssem de tal forma as instalações que o porto ficasse impróprio para utilização durante semanas.

Na procura de soluções, os estrategas aliados chegavam sempre à mesma conclusão. Os invasores necessitavam de um porto; e se a tarefa de se apossarem de um resultava demasiado longa, teriam de levar um consigo.

Foi assim que surgiram os portos, em código denominados Mulberry: portos prefabricados com quebra-mares, molhes e pontões, onde os navios podiam atracar para descarregar, e rampas flutuantes através das quais os camiões podiam ser conduzidos para as praias.

Quando a frota invasora, de mais de 1000 navios, se dirigiu rumo à costa da Normandia, às primeiras horas do dia 6 de junho de 1944, levava consigo os componentes de dois portos Mulberry.

Grandes caixas e secções de pontões de cimento e aço, que, juntas, constituiriam 11 quilómetros de quebra-mares e molhes, eram puxadas por rebocadores.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Seguiram os invasores 60 navios carregados de pedra, que seriam manobrados até à posição desejada e depois afundados, de forma a constituírem o paredão exterior do porto.

Nos seis primeiros dias da invasão, os Aliados conseguiram desembarcar em solo francês um terço de um milhão de homens, juntamente com 54 000 veículos e mais de 100 000 toneladas de provisões.

No dia 19 de julho, uma tempestade no canal destruiu o porto Mulberry americano e danificou bastante o porto Mulberry americano e danificou bastante o porto inglês em Arromanches.

A engenharia rapidamente reparou os estragos e, uma semana depois da tempestade, os Americanos tomavam Cherburgo.

Embora o porto estivesse gravemente danificado, foram afundados fora dele mais navios carregados de pedra, que aumentaram a sua área, pelo que em breve ficou apto a funcionar como porto principal para abastecimentos.

Ao fim dos primeiros três meses após o Dia D, tinham sido desembarcados dois milhões de soldados aliados, com 3,5 milhões de toneladas de munições e meio milhão de veículos.

Estes contingentes porém eram apenas parte dos abastecimentos vitais de um exército moderno, sem combustível, qualquer ofensiva se revelaria rapidamente improfícua.

Mas os navios-tanques e os camiões-cisternas eram extremamente vulneráveis a acidentes e ao ataque dos inimigos, além de ocuparem demasiado espaço portuário.

Esta a razão por que os estrategas conceberam outra ideia: Pluto (iniciais de pipeline under the ocean) e a ideia era espantosamente simples.

Em torno de enormes tambores puxados por rebocadores especialmente modificados para o efeito, enrolavam-se tubagens flexíveis, que, à medida que o tambor girava, se desenrolavam, assentando no fundo do mar.

Através do canal foram assentes 11 oleodutos, especialmente entre Dungeness e Boulogne, e em abril de 1945, pouco antes da capitulação da Alemanha, 8 de maio de 1945, sem um único navio-tanque convencional, eram fornecidas diariamente 3100 toneladas de combustível.

Fontes: Enciclopédia; Proezas da História; História da Segunda Guerra Mundial; Outras.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

ASMIR RECORDA

7 DE JUNHO DE 1494

Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas.

A primeira viagem de Cristóvão Colombo à América suscitou uma grave questão entre Portugal e a Espanha, por D. João II pensar que aquelas terras lhe pertenciam.

As negociações protelaram-se, segundo parece, intencionalmente, por parte das duas cortes: de D. João II que, suspeitando já da existência de terras continentais a ocidente, era natural que procurasse obter a certeza com os seus cosmógrafos, supondo-se mesmo que haja despachado secretamente, nessa direção, um navio explorador.

Da parte dos Reis católicos, que procuravam conquistar a seu favor o apoio do papa Alexandre VI, de nacionalidade espanhola, e que de facto veio a publicar uma bula atribuindo-lhes a posse de todas as terras que houvessem descoberto ou viessem a descobrir, situadas para além da distância de cem léguas, contadas para oeste dos Açores e Cabo verde.

Chegou-se finalmente a acordo, mediante a assinatura do Tratado de Tordesilhas, 7 de junho de 1494, depois de os Reis Católicos haverem aceitado a proposta de D. João II, que modificava profundamente a partilha papal: pertenceriam a Portugal as terras descobertas ou a descobrir situadas a oriente de uma linha traçada de polo a polo, 370 léguas (e não 100) a ocidente das ilhas de Cabo verde, e à Espanha as terras situadas a ocidente da mesma linha.

Este tratado, depois confirmado, a pedido de D. Manuel I, pelo papa Júlio II, garantia a Portugal a posse de uma grande parte da América do Sul (Brasil), como mais tarde se veio a verificar.

Fontes: Enciclopédia; História de Portugal; Dicionário de História de Portugal.

ASMIR RECORDA

7 de junho de 1801: A Guerra das Laranjas e a questão de Olivença.

Até 1786, a rainha D. Maria I governou juntamente com o seu marido, o qual, por vontade da rainha se intitulou D. Pedro III. Quando este morreu, a soberana governou só durante mais seis anos. Em finais de 1791 enlouqueceu e, quando todas as esperanças de melhoras se desvaneceram, seu filho D. João tomou conta da regência (1792). O outro filho mais velho, D. José, morrera em 1788.

No reinado de D. Maria I foram libertados a maior parte dos presos políticos, reabilitada a memória de alguns dos nobres executados, julgado e banido o marquês de Pombal e afastados do poder muitos dos seus partidários.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

Mas a sua obra não pôde ser abolida, a não ser em pormenores de somenos importância. O despotismo era um facto, a burguesia, aliada à nova aristocracia, governava o país, os jesuítas estavam extintos e a Inquisição amordaçada.

Assim, os governos de D. Maria I e de D. João limitaram-se a continuar a nova ordem e, em certos aspetos, ajudaram até a fortalecê-la. Dois dos três ministros da situação pombalina foram mantidos no poder. As perseguições a todo aquele que resistisse ao despotismo estatal prosseguiram, ainda que num ritmo mais lento e menos feroz.

As principais modificações ocorreram na política externa. Às atitudes firmes de Pombal e à sua aliança clara com a Inglaterra, D. Maria e D. João preferiram uma diplomacia dúbia de compromisso com a Inglaterra, a França e a Espanha.

Para evitar a guerra, o novo governo renunciou às pretensões portuguesas sobre o atual Uruguai, e cedeu à Espanha as duas ilhas de Fernão do Pó e Ano Bom, no golfo da Guiné (1778).

A Revolução Francesa e a guerra entre a França e a maior parte da Europa tornaram extremamente difícil a política externa de Portugal. As manobras do governo português de conseguir uma tríplice aliança com a Espanha e com a Inglaterra contra a França revolucionária a nada conduziram, a não ser a uma hostilidade sistemática por parte da França.

Em 1793, corsários franceses começaram a atacar navios e comboios navais portugueses. Uma força expedicionária foi enviada para a Catalunha a fim de tomar parte numa ofensiva conjunta hispano-portuguesa contra a França. Mas a guerra terminou pouco tempo depois sem vantagem para qualquer dos contendores (1795).

Em 1795-1797, as negociações e acordos entre a França e Espanha previram uma invasão e conquista de Portugal. Depois de morosas manobras diplomáticas, que ao país não trouxeram nem vantagens nem honra, a Espanha e a França confirmaram a sua aliança e declararam guerra a Portugal (1801).

A campanha durou três meses apenas mas revelou-se desastrosa. No Alentejo, o Exército português foi sistematicamente derrotado.

Uma paz feita à pressa obrigou os Portugueses a entregarem a cidade de Olivença à Espanha e a pagarem uma pesada indemnização. Para mais, Portugal comprometia-se a fechar os portos aos navios de guerra ingleses: tratado de Badajoz celebrado a 7 de junho de 1801 entre a Espanha a França e Portugal em que Espanha conservou Olivença.

A curta guerra, conhecida como Guerra das Laranjas, porque uns atiradores inimigos tinham colhido, sob as muralhas de Elvas, dois ramos de laranjas que o primeiro-ministro espanhol Godoy enviou à rainha, começou em maio de 1801 com a invasão do Alentejo pelas forças espanholas em quatro pontos diferentes: Olivença, Juromenha, Campo Maior e Elvas.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

As duas primeiras praças renderam-se imediatamente, a terceira umas semanas mais tarde e só a última não foi tomada.

Nos vários recontros que se seguiram, sempre as forças portuguesas, mal organizadas e pior dirigidas, sofreram reveses. Caíram em poder do Exército espanhol Portalegre, Ouguela, Castelo de Vide, Monforte, Arronches, Crato, etc. No Norte, as forças portuguesas tomaram a ofensiva, invadindo a Galiza sob o comando de Gomes Freire de Andrade e ocupando algumas terras fronteiriças. Também no Algarve se tornou possível impedir a passagem do Guadiana pelo invasor.

Após a derrota de Napoleão Bonaparte e após as invasões francesas, Guerra Peninsular, ocorreu um congresso em Viena (1814-1815) que garantiu a plena independência e integridade de Portugal, restituiu Olivença aos Portugueses, facto que Espanha se recusou a aceitar.

Fontes: Enciclopédia; História de Portugal; Dicionários de História de Portugal.

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

632 – Morreu em Medina, Arábia Saudita, Muhammad ibn Abdallah, Maomé, nascido em Meca em 6/4/570.

Profeta e fundador do islão foi eleito seu sucessor em Medina, pelos líderes muçulmanos presentes, o general Árabe Abu-Bekr o primeiro califa do Islão.

Esta religião estende-se como um cinturão, rodeando o mundo desde o ponto mais ocidental de África até à Indonésia, com exceção da América, desenvolvendo-se entre os paralelos 10 e 40, apresentando-se em contacto com as Religiões Cristã Católica, Ortodoxa, Hindu e Sínica, levando alguns autores a admitir a possibilidade de Choque de Civilizações.

O Islão, a segunda religião em número de praticantes, surge em 622, ano em que Maomé forma em Medina a “Umma”, uma comunidade regida por um pacto religioso, político e militar.

Esta particularidade do poder temporal e espiritual ser fundido, foi o impulso de uma expansão árabe para Leste e Oeste a partir de Meca, cidade comercial situada no cruzamento das rotas de caravanas, e que em 629 será tomada por Maomé.

Em menos de 100 anos estende-se para Leste até à Índia à custa do império persa e para Oeste passa pelo Egipto, toma Alexandria em 643, ultrapassa a forte resistência berbere no Magrebe, atravessa o estreito de Gibraltar em 711 e três anos depois atinge os Pirenéus, permanecendo a sua influência na Península Ibérica durante cerca de 700 anos.

A transferência da capital para Bagdad durante a dinastia dos Abássidas (750 – 1258) determina o fim da hegemonia árabe, passando o império a designar-se de



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

árabe-muçulmano.

Com a expansão legitimada pelo Corão, que reconhece a guerra santa na palavra “Jihad”, e noutros preceitos: “Combatei-os! Alá os atormentará com as vossas mãos, os humilhará, vos ajudará contra eles”, estende-se pelo Globo.

Invariavelmente, os movimentos islâmicos de cariz fundamentalista, violento ou não, reivindicam a implantação do Estado Islâmico segundo os princípios do Corão e que constituem duas obrigações: a obediência ao Profeta, ao chefe que tem a legitimidade do poder, e a obrigação do chefe de consultar aqueles que governa.

Estando a civilização ocidental em acelerada mutação em que na Europa da secularização do estado, “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, se assiste ao apagamento da religião tradicional, a que teólogos católicos designam por “apostasia da Europa” e ao “revivalismo”, do Islão no Norte de África, onde Religião e Política se confundem, confirma-se a afirmação de que no Islão “Deus é César”.

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1663 – As forças anglo-portuguesas derrotaram as forças espanholas em Estremoz na guerra do Ameixial.

Juntamente com Elvas e Montes Claros, o campo de batalha do Ameixial, 5 km a oeste de Estremoz, foi um dos palcos principais das refregas da Guerra da Restauração. O nome da povoação, conhecida a partir deste momento por Santa Vitória do Ameixial, testemunha a grande e fundamental vitória portuguesa diante das tropas espanholas.

No ano de 1663, as tropas inimigas, comandadas por D. João de Áustria, simularam o interesse em sitiar Vila Viçosa, enquanto se dirigiam de facto para Estremoz e daí para Évora. A cidade rendeu-se a 22 de Maio, ficando mais perto a conquista da própria capital.

O renhido combate resultou numa retumbante vitória dos portugueses, seguramente das mais importantes deste período histórico.

No local onde decorreu, no sopé da Serra Murada, também conhecido como "outeiro dos ataques", na estrada para a Vila do Cano, foi levantado um padrão comemorativo da vitória. Foi mais tarde mudado para a Estrada Nacional 245, onde se encontra hoje.

A batalha

O exército anglo-português sob o comando do general alemão Schomberg deixou que os espanhóis se instalassem e de seguida dispôs a infantaria portuguesa em duas colinas, e no vale a cavalaria. Foi ao pôr do Sol que o general alemão ordenou o ataque do exército espanhol, com investidas de cavalaria no vale (onde também se encontrava a cavalaria inimiga), e de infantaria, constituída por mercenários ingleses sobre a infantaria do invasor, igualmente instalada em colinas. O confronto foi curto: durou cerca de 60 minutos e terminou ainda antes de anoitecer. Do lado espanhol estiveram envolvidos 12 mil homens de infantaria e 6 500 de cavalaria. Pelo lado português combateram 11 mil homens de



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

infantaria e três mil de cavalaria.

Foi esse o fator surpresa decorrente do ataque português ter sido iniciado ao pôr do sol e a aplicação do conceito de ‘armas combinadas’”, ou seja, a utilização articulada de infantaria, cavalaria e artilharia que determinou o desfecho vitorioso para o exército português.

Fonte Direção Geral do Património Cultural

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1810 – Nasceu em Zwickau, Robert Schumann, compositor romântico alemão de obras para piano.

Estudou direito, mas dedicou-se à música e teve como mestre de piano, Friedrich Wieck.

Compôs música de câmara, ‘lieders’, etc., e destacamos ‘Carnaval de Viena’, ‘Arabescos’, ‘Concerto para Piano e Orquestra’ e ‘Concerto para Violoncelo e Orquestra’.

Faleceu em 29/7/1856.

Em 1826 o seu pai morreu, algo que Robert jamais superou em razão do enorme sofrimento da sua perda. Pouco depois viajou até Leipzig, a cidade de Johann Sebastian Bach, a fim de matricular-se na faculdade de Direito. Mais tarde em Heidelberg, retomou o estudo das leis, inscrevendo-se na cátedra de Justus Thibaut. Todavia, os verdadeiros ensinamentos deste grande filósofo começariam após o horário escolar, quando este se reunia com o aluno para lhe confessar que era a música a sua verdadeira paixão. O facto de ter conhecido a pianista Ignaz Moscheles e o fascínio por Niccoló Paganini acabaram por lhe determinar o destino.

Em 1830, em Leipzig, passou a dedicar-se exclusivamente à música, com auxílio de seu professor Friedrich Wieck e Heinrich Dorn, mestre de capela da catedral daquela cidade.

Enquanto este último lhe ensinou composição e harmonia, o primeiro transmitiu-lhe o amor pelo piano. Porém, em casa de Wieck, Schumann descobriu um outro importante foco de afeto: Clara, consumidora entusiasta de poesia e prometedora do piano. Robert apaixonou-se perdidamente por ela, sendo algumas das suas obras dedicadas a ela. Somente a activa oposição do velho Wieck conseguiu adiar o casamento até 1840.

Tendo o sonho de se tornar um solista, viu-se incapacitado devido a seu interesse pela composição, atividade que apreciava bastante.

A sua tendência era revolucionária na época, tendo como grande fonte de inspiração o contraponto de Bach, mais especificamente em "Cravo Bem Temperado", analisado a mando do seu professor Wieck. Segundo Schumann, a combinação profunda, o poético e o humorístico são as características que nele derivam de toda a música de Bach. O ato de compor deve ser natural, na



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

tentativa de alcançar a poesia, o obscuro da fantasia, ou seja, o inconsciente, o qual ele revia nas obras de J. S. Bach.

Em conjunto com amigos e intelectuais da época fundou o Neue Zeitschrift für Musik (Nova Revista para a Música). Um jornal voltado para a música, em 1834. Nos dez anos em que esteve à frente deste, teve uma rica produção artística.

Foi diretor musical na cidade de Düsseldorf em 1850. Foi forçado a renunciar o cargo em 1854, devido ao seu estado avançado de doença mental.

https://www.youtube.com/watch?v=QErO_YKXMco.

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1859 – O rei D. Pedro V criou em Portugal o curso superior de Letras.

Foi no ano de 1858 que D. Pedro V teve a nobre ideia de fundar em Lisboa os altos estudos literários que não existiam em Portugal, e que depois da morte dele pouco desenvolvimento tiveram. O novo estabelecimento de instrução superior, o Curso Superior de Letras, lecionava as cadeiras de história, de literatura antiga, de literatura moderna, de filosofia da história e de filosofia transcendente, cadeiras que foram regidas por Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Jaime Moniz, etc. Era essa a fundação querida de D. Pedro V, e muitas vezes o estudioso monarca que amava as letras e a ciência, ia ouvir as lições dos professores, escutando de preferência a palavra inspirada e eloquente do grande Rebelo da Silva.

Aos dezoito anos de idade a 16 de setembro foi declarada a maioridade a D. Pedro, e este prestou juramento em sessão solene das Cortes.

Realizaram-se grandes e entusiásticas festas em Lisboa, para solenizar o novo rei que ia assumir o pesado e espinhoso cargo da governação do reino.

Grandes infortúnios começaram desde logo a assinalar o seu reinado. Em 1856 desenvolveu-se em Lisboa a cólera morbo, e em muitos outros pontos do país, fazendo consideráveis vítimas, e no ano seguinte, 1855, outro flagelo, que se tornou ainda mais devastador, a febre-amarela, veio assolar a capital.

Foram dois anos de tristíssima memória, que enlutaram milhares de famílias, extinguindo-se muitas delas completamente, deixando muitas crianças na orfandade. A cidade de Lisboa, principalmente em 1857, apresentava um aspeto tristíssimo. Na cidade baixa viam-se encerrados numerosos estabelecimentos; uns, por seus proprietários terem falecido, outros por terem saído de Lisboa fugindo ao terrível contágio.

O terror geral era indescritível; por ordem do governo foram os jornais proibidos de darem longas notícias sobre os falecimentos, e o número e nomes das vítimas, que chegavam a ocupar diariamente muitas colunas; os enterros passaram a fazer-se de noite, observando-se a maior simplicidade, não sendo permitidas as



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

pompas fúnebres, apenas uma sege conduzindo o morto e o padre para o acompanhar.

Não sendo suficientes os hospitais que existiam, para abrigarem o número enorme de infetados, organizaram-se alguns provisórios em certos pontos da cidade; numerosas procissões de penitência percorriam as ruas, e nas igrejas todos os dias se entoavam preces.

Os teatros e outros divertimentos públicos fecharam.

A consternação era geral; as ruas viam-se desertas, o terror via-se estampado em todas as fisionomias.

Abandonaram a cidade, indo viver para os arredores e para outras terras distantes, altos funcionários e outros empregados públicos, capitalistas, negociantes, o próprio patriarca, e no meio desta pavorosa e angustiosa situação sobressaía a figura do jovem monarca que, apesar dos conselhos de quantos o rodeavam, não quis abandonar Lisboa.

Qual apóstolo do bem e da resignação visitava os hospitais, sentando-se junto dos leitos dos enfermos, a quem dirigia palavras de conforto e de esperança. Quando os ajudantes que o acompanhavam nestas piedosas visitas lhe pediam que não se expusesse assim tão temerariamente ao terrível contágio, respondia secamente que se tinham medo o deixassem, que ele podia ali estar só.

Este ato de abnegação e caridade causou a maior impressão em toda a gente e a admiração até dos estrangeiros. Um rapaz que apenas contava 20 anos de idade, dando um exemplo tão grandioso de amor pelos que sofriam, procurando suavizar-lhes o sofrimento, ao menos animando-os com a sua presença tornou-se muito popular; o povo adorava-o, e chamava-lhe o rei santo.

Fonte: Portugal dicionário histórico.

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1903 – Nasceu em Bruxelas, Marguerite Crayencour, escritora de pseudónimo Marguerite Yourcenar.

Viveu em Paris, naturalizou-se americana, tendo sido a primeira mulher a ser admitida em 23/1/1981 na Academia Francesa, fundada em 1635.

Para ser admitida para o que o presidente francês concedeu- concedeu dupla nacionalidade em 1979.

A sua obra-prima, ‘Memórias de Adriano’ é um romance histórico sobre as memórias fictícias do imperador do século II Igualmente se destacou em ‘Golpe de Misericórdia’.

Não se assumiu como fazendo parte de nenhuma corrente literária. Faleceu em 17/12/1987.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1928 – Nasceu em Lima, Gustavo Gutiérrez Merino, teólogo peruano militante da Ação Católica.

Entrou para o seminário em Santiago do Chile tendo sido ordenado sacerdote dominicano em 1959.

É considerado por muitos como o fundador da teologia da libertação na década de 70 ao publicar o livro 'Teologia da Libertação'.

Sofreu de osteomielite na infância e adolescência tendo permanecido em cadeira de rodas dos doze aos dezoito anos.

Estudou medicina e filosofia e psicologia na Universidade Católica de Lovaina na Bélgica.

Os seus estudos de teologia foram efetuados na Universidade Católica de Lyon em França, na Universidade Gregoriana de Roma e no Instituto Católico de Paris onde obteve o grau de doutor.

Nos anos 1980 foi alvo de um processo da cúria romana que o acusou de sua obra de reduzir a fé à política.

Foi distinguido 23 vezes como doutor honoris causa em diferentes países.

A ASMIR RECORDA

8 DE JUNHO

1918 – O astrónomo português Alfredo Pereira descobriu a estrela Nova Áquila, reconhecida como a mais brilhante.

Extrato de "A estrela portuguesa" por Teresa Firmino 4 de Dezembro de 1999, 0:00

"No céu, brilha agora uma estrela descoberta por um português. É uma nova - o resultado da transferência de matéria de uma estrela para outra, um processo que origina enormes explosões cósmicas, visíveis a grandes distâncias. Nos últimos dez anos, apenas três outras novas atingiram um brilho tão grande. Se quiser vê-la, basta seguir as instruções.

Como de costume, o astrónomo amador Alfredo Pereira pôs-se a olhar para o céu, no princípio da noite de quarta-feira, na sua casa no Cabo da Roca. Poucos minutos depois, nem queria acreditar no que via através dos seus potentes binóculos: um objecto muito brilhante na constelação da Águia, que não costumava ver ali. Alfredo Pereira, de 35 anos, acabava de descobrir na Via Láctea, a nossa galáxia, uma nova - uma estrela que apresenta durante alguns dias um súbito aumento de brilho (mil a dez mil vezes maior que o normal), que decresce em seguida, regressando ao seu brilho anterior ou mesmo inferior. Não se trata de uma estrela nova: o nome advém do facto de se tratar frequentemente de uma estrela não visível que, de repente, se torna visível. Acontecem entre 10 a 15 fenómenos destes, por ano, na Via Láctea. Pensa-se que as novas são originadas por estrelas binárias (compostas geralmente por uma estrela anã branca e uma gigante vermelha) onde a maior (a anã branca) absorve massa da outra, dando origem a explosões. "Esta descoberta é notável", comenta Pedro Ré,



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

presidente da Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores. "É a primeira vez que se descobre uma nova em Portugal. Do ponto de vista da astronomia de amadores, é importantíssimo."

ASMIR RECORDA

9 DE JUNHO DE 1870

Charles Dickens, romancista inglês.

A infância oprimida constitui a principal fonte de inspiração da sua obra. Conjugam em si duas correntes que marcaram a arte do romance na sua época: o Romantismo, por um lado, ao idealizar as crianças que atravessavam, miraculosamente puros, as mais medonhas e sórdidas emboscadas, e o Naturalismo, por outro lado, oferecendo uma pintura cruel e precisa dos costumes da pequena burguesia inglesa.

A biografia do escritor, como a dos seus heróis, é muito edificante: filho de um pequeno funcionário pródigo preso por dívidas, teve de ganhar a vida desde muito novo.

À sua custa aprendeu estenografia, foi contratado como jornalista parlamentar para o jornal "Morning Harold", onde, tendo-se tornado cronista, põe em cena as "Aventuras de Mr. Pickwick", protótipo do burguês britânico (1837).

É o sucesso imediato: aos 23 anos Charles Dickens torna-se célebre.

O seu romance "Oliver Twist" (1838) tem um sucesso extraordinário, e o autor enriquece, casa e tem numerosos filhos, viaja, faz conferências, funda jornais.

Charles Dickens produz romances com bastante regularidade nos quais surgem quase sempre os mesmos temas perpassados de tristeza: a juventude, a adolescência, as dificuldades da vida, o ambiente citadino vitoriano, ou ainda os amores castos, a mulher-criança, a ternura.

Tornando-se muitas vezes monótona pelo seu sentimentalismo e o seu moralismo excessivos, a sua obra é resgatada pelo humor, o pitoresco e a pintura muito incisiva das personagens secundárias.

Dois romances dominam esta imensa produção: "David Copperfield" (1849-1850) onde o autor põe elementos da sua própria vida, e "Grandes Esperanças" (1860-1861), onde o desespero de um jovem apaixonado é contado com uma leveza, um pudor e uma poesia indefiníveis. Do primeiro, Charles Dickens escreveu: "De todos os meus livros, este ("David Copperfield") é o meu preferido."

Ao longo da vida, apesar da sua fortuna e da sua família, o escritor não cessará de multiplicar as suas atividades.

Outras obras igualmente conhecidas:



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

“Nicholas Nickleby” (1839), dando especial atenção à intriga e no qual Charles Dickens começa a revelar o seu talento para o melodrama, a sátira bem vincada e as personagens bem desenhadas;

“Tempos Díficeis” (1854), romance dedicado a outro grande escritor inglês, Carlyle, em que Dickens dá um realce especial às condições sociais da época, que ele já há longo tempo vinha denunciando na sua obra;

“História em Duas Cidades” (1859), romance histórico situando a ação durante a Revolução Francesa;

“A Loja de Antiguidades” (1840-1841), obra em que o patético transcende o humor, muito em particular na cena da morte da menina Nell: fica a sensação de que a cerimônia fúnebre era o único ritual que conhecia a classe média;

“A Casa Sombria” (1853), o romance de Dickens mais consciente e cuidadosamente planeado.

Como todos os grandes talentos, Dickens contemplou o mundo como se fosse uma experiência inteiramente nova que pela primeira vez revelava aos homens, e o seu estilo é de uma extraordinária riqueza, passando da invenção cômica à grande eloquência. As personagens e as situações por ele imaginadas são de uma variedade quase inigualável.

A obra de Dickens encontrou um eco tão profundo no espírito do público que a filosofia de vida que informa os seus romances acabou por se inserir na tradição inglesa.

Desconfiando da razão e da teoria, Dickens elevou a compaixão e a jovialidade à categoria de virtudes supremas. Nos momentos de mais profunda reflexão, reconhecia que essas qualidades não poderiam, por si mesmas, destruir as “Coketowns” (as cidades típicas de Dickens, os tijolos vermelhos e sujos, as cidades da Revolução Industrial, onde grassa a podridão, a pobreza, a fealdade), mas guardou para si, quase sempre, essa conclusão, que a intensidade das suas emoções contribuiu para ofuscar.

Com a morte de Charles Dickens, em 1870, desapareceu da vida inglesa algo de insubstituível, uma luz brilhante que incidira sobre o comercialismo opaco do século XIX, despertando os homens para o riso e para a generosidade e convidando-os a libertar-se das crueldades em cuja teia se estavam a emaranhar.

Charles John Huffam Dickens nasceu em Landport, Inglaterra, a 7 de fevereiro de 1812, e morreu em Gadshill a 9 de junho de 1870.

Fontes: Enciclopédia; História da Literatura Inglesa; Outras.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

ASMIR RECORDA

9 DE JUNHO DE 1879

Regresso a Lisboa de Serpa Pinto, após a travessia de África com Capelo e Ivens, começada em 7 de Julho de 1877 e o Ultimato de 1890.

Serpa Pinto foi militar e explorador português.

Juntamente com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens foi encarregado de uma expedição científica na África Austral: partiu de Benguela, em fins de 1877, chegando a Durban em 1879. Encarregado de nova missão em 1889, infligiu uma derrota aos macololos e entrou em conflito com os Ingleses, o que terá contribuído para o Ultimato de 1890.

O Ultimato

A ligação do território de Angola ao de Moçambique, figurada no “mapa cor-de-rosa”, era uma antiga aspiração de Portugal, que, em 1886, assinara com a França e a Alemanha tratados pelos quais estes países lhe reconheciam o direito de sobre eles exercer influência soberana.

As pretensões da Inglaterra a estes territórios eram conhecidas. Primeiro, apoderara-se da região de Machona, rica de minas de ouro, graças a uma concessão feita pelo rei dos Metabeles ao agente de certa companhia sul-africana. Contra esta concessão levantou logo protesto o governo de Quelimane, que a considerava contrária aos nossos direitos ancestrais. A questão continuou, no entanto, a debater-se perante a insistência do governo inglês, que defendia a legalidade da transação.

Ao mesmo tempo, reclamava contra o “mapa cor-de-rosa”, afirmando que os Portugueses não possuíam na zona contestada forças bastantes para “manter a ordem, proteger os estrangeiros e vigiar os indígenas”. Baseava-se, para isto, no acordo concluído na Conferência de Berlim (1884), que fixara, como condição prévia para o estabelecimento de qualquer protetorado em África, a ocupação efetiva, a manutenção da autoridade e a notificação às potências que o haviam assinado.

A isto respondia o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, então Barros Gomes, que as potências também haviam reconhecido o estado Independente do Congo (depois Congo Belga) sem ocupação efetiva e que a Machona estava submetida à influência portuguesa desde o princípio do século XVIII, altura em que fora assinado um tratado com o rei do país.

Estavam as coisas neste pé quando, ao atravessar o território de Macololos com uma pequena força, o major Serpa Pinto se viu atacado pelos indígenas, que arvoravam a bandeira inglesa (1889).

Serpa Pinto defendeu-se e pô-los em debandada.

Conhecedora deste incidente, a Inglaterra protestou imediatamente (18.12.1889), dizendo que havíamos atacado um povo que estava sob a sua proteção, e,



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

passados poucos dias, protestou novamente, por ter sido crido o distrito do Zumbo. Barros gomes propõe a arbitragem.

A Inglaterra desprezava todas as propostas conciliatórias e responde com o ultimato de 11 de janeiro de 1890, no qual ordena que se enviem, “imediatamente, instruções telegráficas ao governador de Moçambique para que retirem todas as forças portuguesas existentes no Chire ou nos países dos Macololos e Machona”. Acrescentava que, se não fosse recebida nessa tarde uma “resposta satisfatória à sua intimação”, o seu ministro deixaria imediatamente Lisboa com todos os membros da legação e que o navio Enchantress esperava pelas suas ordens em Vigo.

O governo português, que não tinha forças para resistir à agressão, viu-se obrigado a submeter-se, lavrando embora o seu protesto, que levou ao conhecimento de todas as potências signatárias da Conferência de Berlim.

Data desta altura “A Portuguesa”, hoje hino nacional, representativo da revolta unânime da nação.

Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto, 1.º visconde de Serpa Pinto, nasceu em Tendais, Cinfães, a 20 de abril de 1846 e morreu em Lisboa a 28 de dezembro de 1900.

Fontes: Enciclopédia; História de Portugal; Dicionário de História de Portugal; Outras.

ASMIR RECORDA

10 de junho: Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Luís Vaz de Camões, poeta lírico, épico e dramaturgo, o maior representante do Renascimento Português.

A biografia de Luís de Camões apresenta numerosas incertezas, ignorando-se até o local exato (Alenquer, Lisboa ou Coimbra) e a data (1524 ou 1525) do seu nascimento.

Era filho de Simão Vaz de Camões e Ana de Sá. Ignora-se também se estudou na Universidade de Coimbra, em cujos arquivos não se encontra o seu nome, ou no Colégio das Artes, de que seria reitor seu tio, o bispo D. Bento. O que é indubitável, como testemunha a obra do poeta, é a sua vastíssima erudição, que parece fazer pressupor um estudo regular e orientado.

Luís de Camões frequentou o Paço e viveu em Lisboa uma existência a que a boémia não era alheia e foi, de certo modo, motivo de experiências e vivências descontraídas.

Participou numa expedição a Ceuta, onde perdeu, em combate, um dos olhos. Acerca dos seus amores há várias teses e nenhuma certeza: Catarina de Ataíde (a Natércia), sua prima Isabel Tavares ou a formosa irmã de D. João III, a ilustre



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

infanta D. Maria, segundo a tese de José Maria Rodrigues? O certo é que a sua vida de experiências e “trabalhos nunca usados” decorreu agitada e inditosa e conferiu à sua obra uma dimensão muito afastada do mero academismo. Passou no Oriente, entre a Índia e Macau (onde foi, segundo se julga, provedor de defuntos e Ausentes), 14 anos de vida, em que conheceu a penúria, a perseguição, a incompreensão e o cativo, mas em que conheceu também a solidariedade e a fidelidade de amigos provados.

Estanciou um ano em moçambique, onde Diogo do Couto o encontra, “comendo de amigos, retocando as suas “Lusíadas” e escrevendo muito”...

Regressou ao reino em 1569, onde, mau grado dificuldades de vária ordem e, mais uma vez, a precariedade económica, logra publicar, três anos depois, o seu poema “Os Lusíadas”, testamento poético e testemunho de “longa experiência” e “honesto estudo”.

O Poeta obtém a tença régia de 15 mil réis em recompensa dos serviços prestados à Pátria, e morre em 1580, em circunstâncias ignoradas.

Como poema épico, “Os Lusíadas” constituem uma obra de difícil análise pela multiplicidade de aspetos que apresenta: de inspiração primariamente patriótica, é construído sobre múltiplas coordenadas, dentro de uma inspiração clássica, cristã, renascentista, humanista, exótica e científica. É, simultaneamente, um poema de pensamento medieval e moderno, cristão e pagão, teocêntrico e antropocêntrico.

Mantém dentro do esquema da epopeia clássica, sem, contudo, deixar de apresentar desvios de forma e de conteúdo em relação aos modelos antigos do poema épico; é, antes de mais, um poema coletivo e não um poema individual; é, acima de tudo, um poema humanístico e não um poema meramente nacional ou estritamente nacionalista.

Este poema, cuja projeção espiritual e opulência bibliográfica mal se poderiam prever pela modéstia das duas primeiras edições de 1572, é um caso de irradiação universal extraordinária.

Contam-se por muitas dezenas as traduções totais ou parciais em numerosas línguas, desde o castelhano ao chinês; contam-se por muitas centenas as edições de aparato crítico e bibliográfico de que uma das mais belas (no que diz respeito à apresentação gráfica e iconográfica) é a edição de D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Mateus, editada em Paris.

“Os Lusíadas” inspiraram numerosas obras literárias e artísticas, quer no âmbito nacional quer europeu, como sugestão estética, humanística e espiritual.

Lembre-se, a título de exemplo, a proliferação da épica nos séculos XVII e XVIII em Portugal; as numerosas traduções, poemas de louvor e paráfrases que ampliaram a projeção da obra camoniana.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA

No domínio das artes plásticas, lembre-se o pintor Columbano e, dos artistas do século XX, Almada Negreiros, Guilherme Camarinha, Lima de Freitas, Tom, etc.

Como poeta lírico, Luís de Camões cultivou em concomitância os géneros clássicos ou italianos (sonetos, canções, odes, elegias, oitavas e éclogas) e os géneros tradicionais, em redondilha (vilancete, cantiga, trova, endecha).

Algumas das suas composições em redondilha manifestam uma inspiração medievalizante quanto aos temas, embora modificada pela formação clássica do Poeta.

Notáveis pela frescura e espontaneidade, refletem emoções passageiras e fugazes ou aludem num tom de humorismo, por vezes matizado de amargura, aos paradoxos e “desconcertos” do Mundo.

De entre estas composições merece referência especial a redondilha “Sobolos rios” (ou “Babel e Sião”) em que, desenvolvendo inicialmente o tema do salmo 137 de David, o Poeta apresenta uma verdadeira dialética de ascese neoplatónica.

Quanto às composições dentro dos moldes italianos, são os sonetos a parte mais significativa da sua obra. Aí se revela o poeta petrarquizante, por vezes couraçado dentro do convencionalismo formal do chamado petrarquismo formal do chamado petrarquismo, mas em que, não raro, escapando à escolaridade formal, expande a vivência real e multidimensional da sua experiência.

O conflito dramático do Poeta com o seu destino; a absurda situação do homem como ser terreno e condicionado, a dúvida perante a problemática metafísica do homem do renascimento, a mudança e a degradação das coisas e dos seres, constituem muito da verdadeira essência interna da sua obra lírica.

Como dramaturgo, Luís de Camões deixou apenas três “autos”: “Auto de Filodemo”, “El-Rei Seleuco” e “Anfitriões”. Constituem a parte menos conseguida da sua obra, e representam uma ocasional divergência do teatro popular e palaciano.

Luís Vaz de Camões nasceu em Lisboa (?), 1524 (?) e morreu em Lisboa a 10 de junho de 1580.

Fontes: História da Literatura Portuguesa; Enciclopédia; Outras.